

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO**

**DEUS SE REVELA NOS POBRES**  
“A centralidade do Reino de Deus”

JOSÉ JINDARLEY SANTOS DA SILVA

Orientador Prof.: Dr. Côn. Antonio Manzatto

São Paulo 2013

JOSÉ JINDARLEY SANTOS DA SILVA

**DEUS SE REVELA NOS POBRES**

“A centralidade do Reino de Deus”

Pesquisa apresentada para avaliação de graduação em Teologia, trabalho de conclusão de curso da faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, para obtenção do título de Bacharel em Teologia, sob a orientação do professor Dr. Côn. Antonio Manzatto.

SÃO PAULO  
PUCSP – Pontifícia Universidade de São Paulo  
2013

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**TEMA: DEUS SE REVELA NOS POBRES**  
“A centralidade do Reino de Deus”

ALUNO: José Jindarley Santos da Silva

ORIENTADOR: Prof. Dr. Côn. Antonio Manzatto.

NOTA OBTIDA \_\_\_\_\_

OBSERVAÇÃO DO PROFESSOR

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

ASSINATURA \_\_\_\_\_

São Paulo 2013

## *Agradecimentos*

*Ao Professor Dr. Côn. Antonio Manzatto que orientou-me neste trabalho com muita competência.*

*Aos Professores do Curso de graduação em Teologia pelo aprendizado.*

*Ao Pe. José Benedito Brebal Hespaña pelo convite à Teologia e grande apoio vocacional.*

*A minha família pelo maravilhoso estímulo e incentivo, especialmente à minha esposa – Adriana Baganha Silva, a quem devo toda compreensão e ternura.*

*Aos meus colegas e amigos do Diaconato Permanente pelo companheirismo e motivação.*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
-----------------	----

### CAPÍTULO I

#### 1. O JESUS HISTÓRICO E O CRISTO DA FÉ

1.1. Contexto histórico de Jesus de Nazaré.....	09
1.2. A relevância libertadora do Jesus histórico.....	11
1.3. O Jesus “Histórico” e a prática com espírito.....	12
1.4. Da prática de Jesus à “pessoa” de Jesus.....	14
1.5. Do Jesus histórico ao Cristo total.....	16
1.6. A relevância teológica das atitudes do Jesus histórico.....	18
1.7. Um Deus Humano e um homem Divino.....	20
1.8. Não podemos falar sobre, mas só a partir de Jesus Cristo.....	22

### CAPÍTULO II

#### 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DO POVO NO TEMPO DE JESUS.

2.1. A Época de Jesus.....	23
2.2. O Governo de Herodes Antipas na Galiléia.....	23
2.2.1. A Nova Capital.....	23
2.2.2. Povo ameaçado, sem defesa.....	24
2.3. A Religião Oficial: Escribas, Fariseus e Sumos Sacerdotes.....	25
2.4. A pessoa humana de Jesus de Nazaré.....	26
2.5. Jesus de Nazaré e a sua pessoa.....	30
2.5.1. Jesus se coloca do lado dos excluídos do sistema.....	31
2.5.2. Sendo rico, ele se fez pobre!.....	33
2.6. O Cristo libertador: A nova fé dos oprimidos na nova imagem de Deus.....	33

### CAPÍTULO III

#### 3. DEUS SE REVELA NOS POBRES.

3.1. Deus se revela nos pobres, a missão de Jesus.....	36
3.2. O Reino revelado por Jesus.....	37
3.2.1. Peregrino no Reino.....	37

3.3. O lugar social-teologal: O mundo dos pobres.....	37
3.3.1. O mundo dos pobres: realidade histórica e social.....	38
3.3.2. O mundo dos pobres: realidade que capacita a pensar.....	39
3.3.3. O mundo dos pobres: realidade que ensina a pensar.....	40
3.4. Dos pobres a Jesus de Nazaré.....	42

## **CAPÍTULO IV**

### **4. A CENTRALIDADE DO REINO DE DEUS REVELADO POR JESUS**

4.1. Reino de Deus implica revolução no modo de pensar e agir.....	44
4.2. Jesus Cristo, o libertador da consciência oprimida e humilhada.....	46
4.2.1. O comportamento do homem novo.....	47
4.3. Reino de Deus implica revolução do mundo da pessoa.....	49
4.4. O Reino de Deus: a utopia da absoluta libertação e suas antecipações históricas.....	52
4.5. Reino de Deus não é um território, mas uma nova ordem das coisas.....	53
4.6. Reino de Deus não é só espiritual.....	54
4.7. Um Jesus Cristo absoluto.....	55
4.7.1. A vida justa dos pobres, no preceito do reino de Deus.....	56
4.7.2. O reino de Deus e sua transcendência histórica.....	56
4.7.3. A transcendência teologal do reino de Deus.....	57
4.7.4. Apreciação sistemática do reino de Deus.....	60
 CONCLUSÃO.....	 61
 BIBLIOGRAFIA.....	 64

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho venho mostrar a Cristologia e a missão de Jesus, onde podemos perceber uma visão do ser humano, os evangelhos mostram a compreensão do ser humano diante da proposta de Jesus. Assim sendo, a Cristologia, deixa também os traços de uma antropologia, pois o próprio Jesus, antes de tudo, é o *Filho do Homem*. E, além do mais, a imagem de ser humano resulta da reação dos discípulos diante do humano Jesus.

Este trabalho mostrará duas propostas: uma visão humana da pessoa de Jesus com sua divindade e uma visão do Reino de Deus revelado por Ele, em sua centralidade voltada aos pobres, oprimidos e desvalidos de seu tempo, para que possamos entender o Reino de justiça que se faz aqui e agora.

A prática libertadora, misericordiosa, na cristologia de Jesus, a partir dos estudos e da pesquisa que realizei, bem como apresentar os seus aspectos, passando pelas três áreas da Teologia: fundamental, prática e sistemática, e mostrar como os Evangelhos nos leva a compreensão da missão de Jesus, e o que isso implica na missão da Igreja, tentando mostrar a misericórdia do Jesus Humano e o Cristo crucificado e ressuscitado, indo ao encontro do homem divino.

Numa realidade como a do Terceiro Mundo, J. Sobrino, L. Boff e a Teologia da Libertação veem, na categoria Reino de Deus, a via com maior capacidade de organizar sistematicamente o todo da teologia<sup>1</sup>. Essa categoria unifica e articula, na reflexão teológica, transcendência e história, teoria e práxis. Supera os perigosos dualismos e oferece a verificação na realização do transcendente na história. Além disso, o Reino de Deus faz redescobrir o anti-reino, o mundo de pecado.

A realidade latino-americana clama pelo Reino de Deus. O fato maior na América Latina é a massiva e injusta pobreza em que vive a maioria dos seres humanos esmagados sob o peso da vida. Entretanto, o fato mais novo consiste na esperança de vida justa, de libertação. A convicção da realidade primária, como pobreza injusta e como exigência a apostar em favor da vida, leva à reformulação da reflexão teológica como pré-compreensão necessária para entender a Revelação de maneira adequada. Essa Revelação percorre a tarefa teológica como sinal dos tempos e manifestação da vontade divina. A realidade em si mesma possui seu próprio clamor.

---

<sup>1</sup> Cf. SOBRINO, J. Centralidad del Reino de Dios en la Teología de la Liberación. In ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación*. Madrid: Trotta, 1991. v. 1, p. 472-473.

Hoje ainda existem povos inteiros injustamente crucificados e oprimidos e que têm esperança de vida. Essa situação para J. Sobrino, L. Boff e outros pensadores (conscientes da pregação do Deus revelado aos pobres), sem cair em ingenuidades nem anacronismos, assemelha-se à realidade na qual surgiu a noção de Reino de Deus. Por isso, a realidade histórica atual faz com que o Reino de Deus seja hoje mais útil que outros conceitos para elaborar teologicamente a realidade. A urgência do clamor se dirige à vinda do Reino de Deus. O compromisso de construir esse Reino, como algo irrenunciável, exige estar cheio do mesmo espírito presente na vida e na missão de Jesus. A ação do Espírito hoje, na história, orienta a decisão fundamental da construção do Reino de Deus, que é proporcionar a vida dos pobres.

Para a Teologia da Libertação, o Reino de Deus põe em evidência a ultimidade da vontade de Deus, seu desígnio, sua transcendência assim como seu conteúdo como boa-notícia: o amor e a misericórdia. Deus se faz o Deus das vítimas deste mundo e essa solidariedade chega até os extremos da cruz. O evangelho de Jesus é boa-nova para os pobres e estes são a chave para se aproximar, hoje, do evangelho<sup>2</sup>.

Ao falarmos de excluídos, logo pensamos naqueles que estão fora do sistema sócio-político e econômico, fatores que determinam nossa sociedade. Existe, pois vários tipos de marginalizações, dentre elas a Marginalização Religiosa, onde o modelo de autoridade que prevalece na sociedade civil constitui um obstáculo ao modo de ser pastor segundo Jesus. Antigamente, antes do Concílio, esse modelo também prevalecia no clero e a autoridade da Igreja tornava-se dura. O autoritarismo aparecia como reflexo de soberania toda poderosa de Deus, a majestade da autoridade da Igreja se vinculava a certa idéia da majestade de Deus. Agora, com a figura do pastor proposta pelo Vaticano II, o exercício da autoridade na Igreja tende a mudar.

Este trabalho quer redescobrir a importância da consciência da centralidade do Reino de Deus na pregação de Jesus, um Deus que se revela nos pobres e, ao mesmo tempo, deseja abrir espaço para a reflexão atual do compromisso cristão com as vítimas da história e convida a um novo olhar para as verdadeiras causas do Reino.

---

<sup>2</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus na América Latina: seu significado para a fé e a cristologia*. São Paulo/Petrópolis: Loyola/Vozes, 1985. p. 26.

# CAPÍTULO I

## O JESUS HISTÓRICO E O CRISTO DA FÉ

### 1.1. CONTEXTO HISTÓRICO DE JESUS DE NAZARÉ

Chamava-se Yeshua e provavelmente isso lhe agradava. De acordo com a etimologia mais popular, o nome quer dizer “Javé Salva”. O nome fora-lhe dado por seu pai no dia da sua circuncisão. Era um nome tão comum naquele tempo que era preciso acrescentar-lhe algo mais para identificar bem a pessoa. Em seu povoado, as pessoas o chamavam de Yeshua bar Yosef, “Jesus, filho de José”. Em outros lugares chamavam-no Yeshua ha-notsri, “Jesus de Nazaré”. Na Galileia dos anos 30 a primeira coisa que interessava saber a respeito de uma pessoa era: donde ela é?, a que família pertence? Se se sabe de que povoado alguém vem e a que grupo familiar pertence, já se pode saber muito sobre sua pessoa.<sup>3</sup>

Jesus não teve ocasião de conhecer imperadores de perto. Nem César Augusto nem Tibério pisaram em seu minúsculo país, submetido ao império de Roma desde que o general Pompeu entrou em Jerusalém na primavera do ano 63 a.C. Mas ouviu falar deles e pôde ver sua imagem gravada em algumas moedas. Jesus sabia muito bem que eles dominavam o mundo e eram os donos da Galiléia.<sup>4</sup>

Os povos subjugados não deviam esquecer que estavam sob o Império de Roma. A estátua do imperador, erigida junto às estatuas dos deuses tradicionais, recordava-o a todos. Sua presença em templos e espaços públicos das cidades convidava os povos a prestar-lhe culto como a seu verdadeiro “senhor”. Mas, sem dúvida, o meio mais eficaz para mantê-los submetidos era utilizar o castigo e o terror. Roma não se permitia o mínimo sinal de fraqueza diante dos levantes ou da rebelião. As legiões podiam demorar mais ou menos tempo, mas chegavam sempre. A prática da crucificação, as degolas em massa, a captura de escravos, os incêndios das aldeias e os massacres das cidades não tinham outro propósito senão aterrorizar as pessoas. Era a melhor maneira de obter a fides ou lealdade dos povos.

A Palestina nunca fora ocupada por soldados romanos. Não era este seu modo de atuar. Uma vez controlado o território, as legiões se retiraram novamente para a Síria, onde ficaram estacionadas em pontos estratégicos. A Palestina ocupava um lugar de importância

---

<sup>3</sup> PAGOLA, José Antonio. Jesus Aproximação Histórica. pag 29

<sup>4</sup> PAGOLA, José Antonio. Jesus Aproximação Histórica. pag 30

vital, pois se encontrava entre a Síria, porta de acesso às riquezas da Ásia Menor, e o Egito, um dos “celeiros” mais importantes que abasteciam Roma.<sup>5</sup>

Quando falamos da Galiléia temos que falar de quem a governava que era Antipas filho e herdeiro de Herodes, o mesmo recebeu o título de “tetrarca”, ou seja, soberano de uma quarta parte do reino de Herodes o Grande.

A Galiléia era um país verde e fértil, diferente da austera e serena montanha da Samaria, e mais ainda áspero e escabroso território da Judéia.

A Galiléia era uma sociedade agrária. Os contemporâneos de Jesus viviam do campo, como todos os povos do século I integrados no Império. Praticamente toda a população vive trabalhando a terra, exceto a elite das cidades, que se ocupa com tarefas de governo, administração, arrecadação de impostos ou vigilância militar. É um trabalho duro, porque só se pode contar com a ajuda de alguns bois, burros e camelos. Os camponeses das aldeias consomem suas forças arando, vindimando ou ceifando as messes com a foice.<sup>6</sup>

Um dos traços mais característicos das sociedades agrícolas do império romano era a enorme desigualdade de recursos que existia entre a grande maioria da população camponesa e a pequena elite que vivia nas cidades. O mesmo acontecia na Galiléia. São os camponeses das aldeias que sustentavam a economia do país; eles trabalhavam a terra e produzem o necessário para manter a minoria dirigente.<sup>7</sup>

A carga total era, provavelmente, esmagadora. Para muitas famílias iam embora em tributos e impostos um terço ou a metade do que produziam as grandes cidade e abastecimento e manutenção das tropas eram pagas com estas taxas.

Ao que parece, Jesus conheceu ao longo de sua vida o crescimento de uma desigualdade que favorecia a minoria privilegiada de Séforis e Tiberíades e provocava insegurança, pobreza e desintegração de muitas famílias camponesas. Cresceu o endividamento e a perda de terras dos mais fracos. Poucas vezes os tribunais das cidades apoiavam os camponeses. Aumentou o número de indigentes, diaristas e prostitutas. Era cada vez maior o numero de pobres e famintos que não podiam desfrutar da terra concedida por Deus a seu povo.

---

<sup>5</sup> PAGOLA, José Antonio. Jesus Aproximação Histórica. pag 33

<sup>6</sup> PAGOLA, José Antonio. Jesus Aproximação Histórica. pag 41

<sup>7</sup> PAGOLA, José Antonio. Jesus Aproximação Histórica. pag 43

## 1.2. A RELEVÂNCIA LIBERTADORA DO JESUS HISTÓRICO

A cristologia de libertação elaborada a partir da América Latina privilegia o Jesus histórico sobre o Cristo da fé.

Porque vê um isomorfismo estrutural de situações entre a época de Jesus e nosso tempo: opressão e dependência objetivas, vividas subjetivamente como contraditórias ao plano histórico de Deus.<sup>8</sup>

Porque o Jesus histórico nos coloca imediatamente em contato com seu programa libertador e com suas práticas de atuação.

Porque o Jesus histórico manifesta o conflito provocado por toda prática libertadora e aponta para o destino provável de todo portador profético de um projeto libertador.

Porque o Jesus histórico destaca com toda a clareza o principal da fé cristológica, que é o seguimento de sua vida e de sua causa. Neste seguimento aparece a verdade de Jesus: primariamente, uma verdade na medida em que capacita a transformar este mundo pecador em Reino de Deus e, secundariamente, na medida em que é uma verdade que se faz justificável diante das exigências da razão humana em sua abertura ao infinito. Jesus não se apresenta como explicação da realidade, mas como exigência de transformação dessa realidade. Nesta medida se constitui como sua explicação definitiva.

Porque o Jesus histórico nos revela o Pai. Noutras palavras: somente no processo de conversão/ mudança (prática) se tem acesso ao Deus de Jesus Cristo e não por uma reflexão abstrata (teoria).

Porque o Jesus histórico propicia uma crítica ao homem e à sociedade, como se apresentam historicamente. Só mediante a conversão podem antecipar e concretizar o Reino, ou seja, a intenção última de Deus sobre o homem e o mundo. O Jesus histórico significa crise e não justificação da presente situação do mundo, exige não tanto uma explicação e sim uma transformação.<sup>9</sup>

O sentido pleno do Jesus histórico não se deduz da própria análise histórica, mas de sua leitura a partir da revelação completa de seu caminhar, que é a ressurreição. A luz da ressurreição não dispensa a consideração da história, remete a uma preocupação mais atenta da história, como o comprovam os próprios Evangelhos.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 25

<sup>9</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 26

<sup>10</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 26

### 1.3. O JESUS “HISTÓRICO” E A PRÁTICA COM ESPÍRITO

Agora veremos o que entendemos sistematicamente, em nossa cristologia, por “Jesus histórico” e em que consiste sua virtualidade positiva para ser seu ponto de partida.

Por “Jesus histórico” entendemos a vida de Jesus de Nazaré suas palavras e atos, sua atividade e sua práxis, suas atitudes, seu espírito, seu destino de cruz (e de ressurreição). Em outras palavras, e dito sistematicamente, a história de Jesus.

Essa história é feita de muitos elementos e por isso é preciso se perguntar qual deles é o “mais histórico”, o que introduz melhor na totalidade de Jesus e organiza melhor os diversos elementos essa totalidade. É isso que vamos tentar fazer a seguir de forma sistemática, insistindo que é uma reconstrução metodológico-teórica e que na fé real existencial a reconstrução é feita de maneira pessoal e por isso indeduzível e não programável de antemão.

a) Nosso ponto de vista é que o mais histórico do Jesus histórico é sua prática e o espírito com que a executou. Por prática entendemos o conjunto de atividades de Jesus para agir sobre a realidade social e transformá-la na direção precisa do Reino de Deus. Histórico é, então e em primeiro lugar, o que desencadeia história. E essa prática de Jesus, que em seus dias desencadeou história, é o que chegou até nossos dias como história desencadeada para ser prosseguida.<sup>11</sup>

O histórico de Jesus não significa, então, dum ponto de vista formal, aquilo que é simplesmente datável no espaço e no tempo, mas o que nos é transmitido como encargo para continuar a ser transmitido. Isto supõe considerar os textos do NT em geral e dos Evangelhos em particular como relatos publicados para manter viva ao longo da história uma realidade desencadeada por Jesus. A essa realidade pertence, depois da ressurreição, a transmissão da fé em Cristo, mas a partir da intenção do próprio Jesus pertence-lhe mais originalmente a transmissão de sua prática: nas palavras do próprio Jesus, o seguimento, considerado antes de tudo como prosseguimento de sua prática. E desta forma também a comunidade de horizontes exigida pela hermenêutica é conseguida no prosseguimento da prática de Jesus, necessária, embora não totalmente suficiente, para compreender o Jesus histórico que a desencadeia.

b) Isto de modo algum anula o mencionado interesse das cristologias progressistas de buscar o sentido da própria vida no Jesus histórico. Prática e sentido são duas realidades

---

<sup>11</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*. A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993. p. 83

humanas primigênias que não podem ser ignoradas, sem destruir o humano, nem opostas, pois estão em nível distinto. A pergunta pelo sentido é, portanto, primigênia, concomitante a qualquer realização e destino do humano. Por isso, se faz presente tanto na prática do próprio Jesus como na de seus seguidores.

O que queremos acentuar é que a pergunta pelo sentido também se faz presente dentro de uma prática e, além disso, em nossa opinião, é dentro dela que se faz presente com maior força do que em outros lugares. De fato, as perguntas pelo sentido não desaparecem, mas se tomam mais agudas numa prática como a de Jesus: se a esperança é mais sábia do que a resignação, se o amor humaniza mais do que o egoísmo, dá a própria vida do que guardá-la para si, se a utopia verdadeiramente atrai e gera realidades positivas ou é, definitivamente, escapismo, se o mistério de Deus é o último bem-aventurado ou o absurdo.

Na prática pode aparecer inclusive a realidade mais especificamente cristã para formular o sentido da vida: a graça. A prática pode estar acompanhada da *hybris* humana e assim degenerar em prometeísmo, mas pode ser também o lugar da experiência máxima de graça: de nos ter sido dado mãos “novas” para fazer o bem.

Começar metodologicamente com a prática de Jesus não significa, portanto, ignorar ou depreciar a inevitável problemática do sentido com que as cristologias progressistas abordam Jesus. Cremos antes que ocorre o contrário: a prática prosseguida de Jesus é o que desencadeia a pergunta pelo sentido e o que a partir de Jesus dá, ou pode dar, resposta.<sup>12</sup>

c) Dizíamos que o mais histórico de Jesus é sua prática, e acrescentamos o espírito com que a realizou e com o qual a imbuíu: honradez para com a realidade, parcialidade para com o pequeno, misericórdia fundante, fidelidade ao mistério de Deus.... Esse espírito é, por um lado, o modo de ser de Jesus, o que lhe foi dado de antemão, se se preferir, mas está também intrinsecamente relacionado com sua prática.

Por um lado, esse espírito tomou-se concreto e por isso real através de uma prática, pois dentro dela, e não em sua pura interioridade, Jesus foi questionado e potenciado. Por outro lado esse espírito não foi só acompanhante necessário de sua prática: mas também a modelou, deu-lhe uma direção e inclusive a potenciou em sua eficácia histórica.

Cremos que acrescentar o espírito de Jesus a sua prática é uma relativa novidade que foi exigida pela experiência latino-americana pois, longe de se oporem, as duas coisas

---

<sup>12</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*. A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993. p. 84

podem complementar-se muito positivamente, e sua complementação ajudá-la a não cair no puro espiritualismo, por um lado, ou no puro ativismo, por outro.

d) Determinar o mais histórico de Jesus como sendo a sua prática com espírito é no fundo uma opção, embora haja concepções filosóficas que possam apoiá-la. A verificação dessa opção consiste, em última instância, em ver se, ao realizá-la introduz melhor na realidade total de Jesus. Mas, embora opção é também verossímil a partir da América Latina.

Sem cair em ingenuidades, é certo o que L. Boff afirma: a América Latina oferece um “isomorfismo estrutural de situações entre o tempo de Jesus e o nosso: opressão e dependência objetivas, vividas subjetivamente como contrárias ao desígnio de Deus”, e por isso o Jesus histórico é o ponto de partida mais razoável. Mas entre as razões que dá para isso que é o que nos interessa acentuar agora - uma é capital. “O Jesus histórico destaca o principal da fé cristológica: o seguimento de sua vida e de sua causa. Neste seguimento de Jesus aparece à verdade de Jesus, uma verdade em primeiro lugar na medida em que capacita a transformar este mundo pecador em reino de Deus”.<sup>13</sup>

Creemos, portanto, que é possível e mais adequado começar metodologicamente com “a prática com espírito” de Jesus, não em sentido redutivo para permanecer nela, mas por seu potencial mistagógico de introduzir melhor na totalidade de Jesus do que qualquer outra de suas realidades.

#### **1.4. DA PRÁTICA DE JESUS À “PESSOA” DE JESUS**

A esta maneira de propor se poderia objetar que por trás da prática de Jesus desaparece sua “pessoa”, de modo que se estaria reproduzindo, em outro nível, um grave erro: assim como se reduziu Cristo a uma idéia, contra a qual lutou com razão a cristologia personalista, agora seria reduzido a um símbolo prático. A objeção é séria, mas não faz justiça à realidade.

a) Antes de tudo, na realidade da fé vivida, a maioria dos cristãos latino-americanos que prosseguem a prática de Jesus, embora sempre haja exceções, não abandonam sua fé na pessoa de Jesus, mas frequentemente acontece exatamente o contrário: prosseguir a prática de Jesus é o que os faz aprofundar sua fé em Jesus e, em casos de crise de fé, é

---

<sup>13</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*. A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993. p. 85

inclusive o que pode reconciliá-los com Jesus. Mas isso ocorre, também, na teoria cristológica.

Um modo de responder à objeção é lembrar que a prática de que se fala não é uma prática indiferenciada, mas que tem determinados conteúdos, uma direção e um espírito, que são aceitos por princípio porque são os de Jesus. A teologia latino-americana insiste, por um lado, que se trata de pro-seguimento de Jesus, não de imitação, e que, por isso, são absolutamente necessárias as mediações. E o que nos oferece a revelação é “aprender a aprender”. No entanto, o remontar-se à prática de Jesus é feito sob o pressuposto de que nessa prática há algo essencial de norma normante não normada por nenhuma outra coisa. Que isso é essencial, é o que é preciso analisar, mas o pressuposto é claro: é preciso remontar à prática de Jesus e *porque* é a de Jesus.<sup>14</sup>

“Que a prática tenha como conteúdo fundamental a libertação dos oprimidos, que sua modalidade consista no abaixamento até eles, na solidariedade para com eles e em carregar o pecado que os destrói; que sua direção seja o reino de Deus, imbuído este do espírito das bem-aventuranças, é algo que, em princípio, de uma forma ou de outra, pode estar presente em outros modos atuais de propor o que deve ser a prática libertadora”, embora não necessariamente. Mas se forem aceitos *porque* assim foi à prática de Jesus, então se recupera, de direito, a “pessoa” de Jesus.

Neste sentido a cristologia não se detém na prática de Jesus, como sugeriram algumas leituras materialistas das narrações evangélicas, mas avança em direção a sua pessoa. A cristologia pretende que realmente a causa de Jesus siga adiante, mas está igualmente interessada no “Jesus” cuja causa é preciso prosseguir. E isso, tanto porque está interessada no Jesus total, como porque, inclusive para que a “causa” de Jesus siga adiante, é muito importante recuperar a “pessoa” de Jesus.

b) Esclarecido isto, pensamos que a prática de Jesus é o que melhor permite compreender e organizar a totalidade de seus elementos: os fatos de sua vida, sua doutrina, suas atitudes internas, seu destino e, o mais importante, sua pessoa. Analisaremos isso depois detalhadamente, mas o vejamos sucintamente.

Não há dúvida que através de sua prática se conhece melhor o que Jesus entendia por reino de Deus e por anti-reino, que sua prática explica melhor do que qualquer outra coisa seu destino histórico de cruz, e inclusive o que ajuda a compreender seu destino transcendente, uma vez aceito na fé, sua ressurreição como justiça de Deus para com ele. É

---

<sup>14</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*. A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993. p. 86

também sua prática que faz conjecturar a interioridade de sua pessoa, sua esperança, sua fé, sua relação com Deus. Não se afirma com isto que da análise de sua prática possa ser deduzido mecanicamente qual foi a experiência pessoal que Jesus tinha de Deus e, em alguns casos, por exemplo, a novidade de chamar Deus de “Pai”, se não houvesse alguns dados independentes dificilmente poderiam ser deduzidos de sua prática. Mas os dados existentes são iluminados e potenciados a partir de sua prática, e esta os torna coerentes. Numa palavra, cremos que se chega melhor ao interior de Jesus (a historicidade de sua subjetividade) a partir do externo de sua prática (seu fazer história) do que ao contrário.<sup>15</sup>

Para esclarecer este ponto talvez valha a pena fazer a contraprova. As cristologias que começam metodologicamente com a “pessoa” de Jesus, suas atitudes internas, sua relação com o Pai, recuperam com maior dificuldade e menor radicalidade dados centrais das narrativas evangélicas: o reino de Deus, a parcialidade para com os pobres, a prática profética e conflitiva, o seguimento, a cruz como destino histórico... Ao contrário, as que começam com a prática do reino de Deus e a tomam central valorizam todos estes fatos, não descuidam - ou não têm por que descuidar, da realidade pessoal de Jesus e potencializam esta a partir daquela. Dizendo numa palavra, costuma ser mais fácil nas cristologias levar a sério o “Pai” como correlato pessoal último de Jesus, se levaram a sério o “Deus do reino”, do que ao contrário.

## **1.5. DO JESUS HISTÓRICO AO CRISTO TOTAL**

Através da apresentação do Jesus histórico e do mais histórico de Jesus, a cristologia latino-americana busca o acesso pessoal a Jesus. Faz isso não apresentando em primeiro lugar conhecimentos sobre ele para que o homem decida o que fazer e como se relacionar com esse Jesus assim conhecido, mas apresentando sua prática para recriá-la e assim chegar até Jesus.

Ter acesso a Jesus supõe sempre algum tipo de descontinuidade, mas o pressuposto de propor o problema em si é que esse acesso só é possível em último termo também a partir de alguma forma de continuidade entre Jesus e os que o conhecem; e essa continuidade deverá ser enfocada a partir do lugar da máxima densidade da realidade, que no nosso modo de ver é a prática com espírito. Segundo isto, aproximar-se de Jesus não é questão em primeiro lugar de saber sobre ele, e desenvolver para isso uma hermenêutica

---

<sup>15</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*. A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993. p. 87

que vença a distância entre Jesus e nós e possibilite o saber sobre Jesus. Trata-se, em último termo, de afinidade e conaturalidade, começando com aquilo que é mais real em Jesus.<sup>16</sup>

Esse modo de se aproximar do Jesus histórico é, também, o modo logicamente mais adequado de ter acesso ao Cristo da fé. No mero fato de reproduzir com ultimidade a prática de Jesus e sua própria historicidade, por ser de Jesus, e muito mais se a própria vida está empenhada nisso, está sendo aceita uma normatividade última em Jesus e nisso ele está sendo declarado como algo realmente último; já está sendo declarado, mesmo que implicitamente, como o Cristo, embora depois esta confissão deva ser explicitada.

Há certamente uma descontinuidade em declará-lo o Cristo, um salto da fé que não pode ser obrigado mecanicamente por nada, nem sequer pela continuidade que o seguimento expressa. Mas esta continuidade é necessária para que a descontinuidade da fé seja cristã e não arbitrária, para que se saiba em que Cristo se está crendo ou deixando de crer. E que na fé se confessa o Cristo como o Senhor ressuscitado e o Filho por antonomásia (descontinuidade), mas é essencial para a fé confessá-lo também como o primogênito da ressurreição entre muitos irmãos e como o irmão maior (continuidade).

O seguimento da prática de Jesus com seu espírito é, portanto, exigência ética do próprio Jesus histórico, mas é também princípio epistemológico. Se antes dizíamos que o conhecimento de uma realidade-limite precisa de conhecimentos de realidades objetivas prévias, dizemos agora que a realização pessoal da fé nessa realidade-limite necessita de alguma prévia afinidade experimental subjetiva. No caso da fé em Cristo, a necessária realidade objetiva prévia é a realidade do Jesus histórico e a experiência subjetiva prévia é seu seguimento.

Para dizer numa formulação negativa, fora do seguimento não se tem a afinidade suficiente com o objeto de fé para saber de que se está falando ao confessá-lo como o Cristo. E em formulação positiva, a partir da afinidade do seguimento pode ter sentido proclamá-lo como o Cristo, como a revelação do verdadeiramente divino e do verdadeiramente humano. Na linguagem do NT, o desígnio de Deus é que cheguemos a ser “filhos no Filho”, mas se seu desígnio é esse, é porque é possível, e, se é possível, então no tornar-se filhos se está em afinidade com o Filho e se pode conhecê-lo.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador: A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993. p. 88

<sup>17</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador: A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993. p. 89

## 1.6. A RELEVÂNCIA TEOLÓGICA DAS ATITUDES DO JESUS HISTÓRICO

A figura de Jesus que surge destes incisivos *Logia* e curtos relatos é a de um homem livre de preconceitos, com os olhos abertos para o essencial, atirado aos outros, principalmente aos mais abandonados física e moralmente. Com isso ele nos mostra que a ordem estabelecida não pode redimir a alienação fundamental do homem. Esse mundo, assim como ele está, não pode ser o lugar do Reino de Deus (cf. 1Cor 15,50). Ele precisa sofrer uma reestruturação em seus próprios fundamentos. O que salva é o amor, a aceitação desprendida do outro e a total abertura para Deus. Aqui não há mais amigos ou inimigos, próximos ou não-próximos. Há só irmãos. Cristo tentou com todas as suas forças criar as condições para o irromper do Reino de Deus como total transfiguração da existência humana e do cosmos. Independentemente do sucesso ou do insucesso (o sucesso não é nenhum critério para o cristianismo), o comportamento de Jesus de Nazaré possui grande significação para a nossa existência cristã. É verdade que o Jesus histórico já não vive entre nós mas o Cristo ressuscitado que está para além da história. Contudo é válido fazermos semelhante reflexão porque o Cristo ressuscitado é o mesmo que o Jesus histórico de Nazaré, apenas totalmente transfigurado, elevado à direita de Deus, no termo da história e agora presente em nosso meio como Espírito (cf. 2Cor 3,17). Ele trouxe uma situação nova. Usando as palavras de Carlos Mesters: “Não cabe a nós julgar os outros, definindo-os bons ou maus, fiéis ou infiéis, pois a distinção entre bons e maus desaparece se você for bom para os outros.”<sup>18</sup> Se existem maus, então examine a sua consciência: você fechou o coração e não ajudou o outro a crescer. A miséria do mundo nunca é desculpa nem motivo de fuga, mas é acusação contra você.<sup>19</sup> Não é você que deve julgar a miséria, mas é a miséria que julga você e o seu sistema, e lhe faz ver os seus defeitos (cf. Mt 7,1-5).

A distinção entre próximo e não-próximo não existe mais. Depende agora de você. Se você se aproximar, o outro será seu próximo. Do contrário, não o será. Vai depender da sua generosidade e abertura. A regra de ouro é: fazer ao outro aquilo que você quer que ele faça a você (Mt 7,12). A distinção entre o puro e impuro não existe fora do homem, mas depende de você, das intenções do seu coração, onde está a raiz das suas ações. Neste particular, não existe mais o apoio das muletas da lei. O homem terá que purificar o seu interior e tudo fora dele será puro igualmente (cf. Lc 11,41)... A distinção entre obras de

---

<sup>18</sup> Carlos Mesters

<sup>19</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 57

piedade e obras profanas não existe mais, porque a maneira de praticar as obras de piedade não deve distinguir-se da maneira de se praticar as outras obras (Mt 6,17-18). A distinção verdadeira é aquela que o homem estabelece na sua consciência, confrontada com Deus (Mt 6,4.6.18). A visão clara e jurídica da lei não existe mais. A lei oferece um objetivo claro, expresso no Sermão da Montanha, objetivo de doação total que vai exigir caminhada, generosidade, responsabilidade, criatividade e iniciativa por parte do homem. Jesus permite que se observem aquelas tradições, contanto que não prejudiquem, mas favoreçam o objetivo principal (Mt 5,19-20; 23,23). A participação no culto já não dá garantias ao homem de estar bem com Deus. A garantia está na atitude interior que procura adorar a Deus em ‘espírito e verdade’. Essa atitude é mais importante que a forma exterior e é ela que julga e testa a validade das formas exteriores do culto. As atitudes de Jesus devem ser seguidas por seus discípulos. Elas inauguram no mundo um novo tipo de homem e de humanismo, que nós cremos ser o mais perfeito que jamais surgiu com capacidade de assimilar valores novos e alheios sem trair sua essência. Segundo isso, o cristão não pertence a nenhuma família, mas à família de todo mundo. Todos são seus irmãos. Como dizia o Autor da carta a Diogneto (Panteno - por volta do ano 190): “Obedecem às leis estabelecidas, mas a sua vida ultrapassa a perfeição da lei... Toda a terra estrangeira é para eles uma pátria e toda a pátria uma terra estrangeira”. Estão nesse mundo, trabalham nele, ajudam-no a construir e também a dirigir. Porém, não colocam nele suas últimas esperanças. Quem, como Jesus, sonhou com o Reino dos céus, não se contenta mais com esse mundo assim como ele se encontra.<sup>20</sup> Ele se sente frente a esse mundo, cheio de ambiguidades, como um “paroquiano”, no sentido primitivo e forte que essa palavra tinha para S. Clemente Romano († 97) ou para Santo Ireneu († 202), isto é, sente-se estrangeiro a caminho de uma pátria mais humana e feliz. Por algum tempo deve morar aqui, mas sabe que desde que apareceu Jesus, o homem pode sonhar com um novo céu e uma nova terra.

Jesus devolveu o homem a si mesmo, superando assim, profundas alienações que se haviam incrustado nele e em sua história: nas questões importantes da vida, nada pode substituir o homem, nem a lei, nem as tradições, nem a religião. Ele deve decidir-se de dentro para fora, frente a Deus e frente ao outro. Para isso ele precisa criatividade e liberdade. A segurança não vem da observância minuciosa das leis e de sua adesão irrestrita às estruturas sociais e religiosas, mas do vigor de sua decisão interior e da

---

<sup>20</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 58

autonomia responsável de quem sabe o que quer e para que vive. Não é sem razão que o eminente filósofo pagão do século III, Celso, via nos cristãos homens sem pátria e sem raízes, que se colocavam contra as instituições divinas do império. Por seu modo de viver, dizia este filósofo, os cristãos levantaram um grito de revolta. Não porque eles eram contra os pagãos e os idólatras, mas porque eles eram a favor do amor indiscriminado a pagãos e cristãos, a bárbaros e a romanos, e desmascaravam a ideologia imperial que fazia do Imperador um deus, e das estruturas do vasto Império algo de divino. Como dizia o *Kerygma Petri*, os cristãos formavam um terceiro gênero de homens, diverso dos romanos (primeiro gênero) e dos bárbaros (segundo) e formado de ambos indiscriminadamente. O que conta, agora, não são categorias exteriores e etiquetas que homens podem colar e descolar, mas o que se revela no coração que se abre para Deus e para o outro. Aqui é que se decide quem é bom ou mau, divino ou diabólico, religioso ou a-religioso. O novo comportamento dos cristãos provocou, sem violência, um tipo de revolução social e cultural no Império Romano, que está na base de nossa civilização ocidental, hoje vastamente secularizada e esquecida de seu princípio genético. Tudo isso entrou no mundo por causa do comportamento de Jesus que atingiu o homem pelas suas raízes, acionando o princípio-esperança e fazendo-o sonhar com o Reino que não é um outro mundo, mas esse mesmo, porém totalmente novo e renovado.<sup>21</sup>

### **1.7. UM DEUS HUMANO E UM HOMEM DIVINO**

Como se há de entender que Jesus, judeu de Nazaré, da desprezada Galiléia (metade da população era pagã), juridicamente filho do carpinteiro José e da virgem Maria, nascido sob o Imperador romano Augusto na “*immensa romanae pacis maiestas*”, crescido sob o governador da Província da Síria Quirino (Lc 2,1) e administrador romano da Judéia Pôncio Pilatos (Lc 3,1) e da Galiléia, pátria de Jesus, Heródes Antipas (Lc 3,1), crucificado sob o Imperador Tibério, na sexta-feira do 14 (segundo São João) ou 15 (segundo os sinóticos) do mês Nisan e após alguns dias ressuscitado - como entender que esse homem concreto, com sua história individual e datável, seja ao mesmo tempo Deus? Que grandeza, soberania, e profundidade, não deveria ele ter revelado e vivido para poder ser chamado de Deus?! Que significa agora Deus? Quem é o homem para que dele se possa fazer semelhante afirmação? Que quer dizer a união de ambos - Deus e homem - num ser

---

<sup>21</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 59

histórico e irmão nosso, Jesus de Nazaré? Estamos aqui, diante de um dado central de nossa fé, *que* situa o cristianismo num nível à parte no conjunto geral das religiões. Do momento em que o cristianismo afirma que um homem é simultaneamente Deus, ele está só no mundo.<sup>22</sup> Precisamos dizê-lo: isso é um escândalo para os judeus e para todos os homens religiosos e piedosos, ontem e hoje, que veneram e adoram um Deus transcendente, totalmente outro, para além deste mundo, inobjetivável, infinito, eterno e incompreensível e acima de tudo o que o homem pode ser e conhecer. O que seja Deus como experiência no judaísmo, no paganismo e nas religiões do mundo, nós cristãos encontramos vivido e concretizado num homem, Jesus de Nazaré, em sua vida, em suas palavras e comportamentos, em sua morte e ressurreição. O que seja o homem em sua radicalidade e verdadeira humanidade, nós cristãos o aprendemos meditando a vida humana de Jesus Cristo. Não é, portanto, da análise abstrata do que seja Deus e homem, que nós entendemos quem é *Jesus* Homem-Deus. Mas foi coo-vivendo, vendo, imitando e decifrando *Jesus* que viemos a conhecer a Deus ao homem. O Deus que em e por Jesus se revela, é humano.

E o homem que em e por Jesus se revela é divino. Nisso reside o específico da experiência cristã de Deus e do homem, que diferente da experiência do judaísmo e do paganismo, foi num homem que a Igreja primitiva descobriu a Deus. E foi em Deus que viemos a saber quem é de fato e para que está destinado o homem. Por isso olhando para Jesus Cristo podemos com razão dizer: o mistério do homem evoca o mistério de Deus; a vivência do mistério de Deus evoca o mistério do homem. Não podemos falar do homem sem ter que falar de Deus e não podemos falar de Deus sem ter que falar do homem. As reflexões que fizemos até aqui, a partir de e sobre Jesus talvez nos permitam dizer: quanto mais homem se apresenta Jesus, tanto mais se manifesta aí Deus. Quanto mais Deus é Jesus tanto mais se revela aí o homem.

Como se não de entender semelhantes afirmações que são verdadeiros paradoxos e uma união difícil de opostos? Ao falarmos de Jesus Cristo, devemos pensar sempre, conjunta e simultaneamente, em Deus e no homem. A unidade de ambos em Jesus é de tal ordem, que nem Deus nem o homem perdem alguma coisa de sua essência e realidade. Tão profunda é a unidade de Deus e do homem em Jesus, que a humanidade deve poder ser encontrada em sua divindade e a divindade em sua humanidade. Com que palavras vamos exprimir semelhante realidade? Dentro de nossa linguagem e preocupação pelo homem de

---

<sup>22</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 132

hoje, entender a profundidade divina e humana de Jesus e, a partir dele, também nosso próprio mistério.<sup>23</sup>

### **1.8. NÃO PODEMOS FALAR SOBRE, MAS SÓ A PARTIR DE JESUS CRISTO**

A fé sempre procurou vislumbrar o que significa dizer: Jesus é verdadeiro Deus e verdadeiro homem. A fé que procura entender se chama teologia, no caso, cristologia. A teologia (cristologia) não quer nem deve checar a fé. Quer antes pelo contrário ajudar e esclarecer a fé. Quer ser uma forma de fé: crítica, racional, científica (se possível), preocupada em analisar melhor a vida de fé, não para violar-lhe a intimidade mas para poder detectar a racionalidade e a lógica graciosa de Deus e poder assim amá-lo de forma mais intensa e humana. O falar cristológico jamais poderá ser um falar *sobre* Jesus,<sup>24</sup> mas a partir dele.

---

<sup>23</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 133

<sup>24</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*, *op. cit.*, p. 133

## CAPÍTULO II

### CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DO POVO NO TEMPO DE JESUS.

#### 2.1. A ÉPOCA DE JESUS

Quando Jesus tinha mais ou menos quatro anos, morreu Herodes, o rei da Palestina, aquele que matou as crianças de Belém (Mt 2,16). Naquela ocasião, o reino dele foi dividido entre os filhos. Arquelau, um dos filhos, recebeu o governo sobre a Judéia, no Sul. Ele era menos inteligente que o pai, mas mais violento (cf. Mt 2,22). Só na tomada de posse dele, foram massacradas em torno de 3000 pessoas na praça do Templo! Governou dez anos e foi deposto pelos romanos por incompetência.

A Galiléia, no Norte, a terra de Jesus, ficou para outro filho de Herodes, chamado Herodes Antipas (Lc 3,1), aquele que matou João Batista (Mc 6,14-29). Este Antipas permaneceu mais de quarenta anos no governo. Durante todos os trinta e três anos que Jesus viveu, nunca houve mudança de governo na Galiléia! Foi sempre o mesmo Herodes Antipas. Que governo era esse?

##### 2.1.1. O Governo de Herodes Antipas na Galiléia.

Quem mandava mesmo na Palestina, desde 63 antes de Cristo, era Roma, o Império. Por isso, Herodes Antipas, para não ser deposto como o irmão Arquelau, procurava agradar a Roma em tudo. Insistia sobretudo numa administração eficiente que desse lucro ao Império e reprimisse qualquer tipo de subversão. A preocupação dele não era o bem do povo, mas sim a própria promoção. Gostava de ser chamado benfeitor do povo. Na realidade era um explorador (Lc 22,25).

Três coisas marcavam a política de Herodes e tiveram consequências profundas na vida do povo da Galiléia do tempo de Jesus<sup>25</sup>.

##### 2.1.2. A Nova Capital

A Bíblia não fala, mas a história informa que Herodes Antipas construiu uma nova capital, chamada *Tiberíades*, para ser o novo centro econômico da Galiléia. Chamou assim

---

<sup>25</sup> Cf. MESTERS, Carlos. *Com Jesus na Contramão*. São Paulo SP: Ed. Paulinas, 1995.

em honra a Tibério, o imperador de Roma. Seria o mesmo que chamar Brasília de Obamolândia. Ele atraía para lá judeus não praticantes e não-judeus. Para atraí-los oferecia facilidades, privilégios e terra, em parte tirada do povo através de altos impostos. Tiberíades era um quisto estranho no meio da Galiléia. Era lá que vivia Herodes com “os magnatas, os generais e os grandes da Galiléia”(Mc 6,21). Era lá que moravam os donos das terras, os juízes muitas vezes insensíveis (Lc 18,1-4). Era para lá que iam o produto do povo e os impostos, e que Herodes fazia suas festas e orgias de morte, como foi o banquete em que mandou matar João Batista (Mc 6,21-29). Jesus andou em todas as aldeias e cidades da Galiléia. Chegou a morar em Cafarnaum (Mc 2,1). Mas não consta nos evangelhos que ele tenha entrado em Tiberíades. Jesus se distanciava dos “palácios dos reis”, onde morava o pessoal “de roupa fina” (Mt 11,8). Ele preferia a vida mais austera, igual à de João Batista (Mc 11,8-11).

O ideal dos tempos antigos era este: “Cada um debaixo da sua vinha e da sua figueira, sem que haja quem lhes cause medo” (Miq 4,4; Zac 3,10; 1Mac 14,12). Aos poucos, porém, a política do governo de Herodes tornava impossível a realização deste ideal. É como hoje. A situação está ficando tão ruim que já não é possível realizar o ideal dos tempos antigos: “Cada um no seu lote com casa própria e bom salário, sem medo de ser assaltado!” Que saudade!<sup>26</sup>

### **2.1.3. Povo ameaçado, sem defesa.**

Neste novo sistema não havia defesa nem previdência para o povo. Em caso de doença, má colheita, pragas ou outros desastres, o povo ficava sem ajuda. No sistema anterior havia o clã, a comunidade, que era a proteção das pessoas e das famílias. No novo sistema que começava a ser implantado pelo governo de Herodes Antipas, isto já não existia mais, ou cada vez menos. Agora, a primeira preocupação do agricultor era esta: juntar o necessário para pagar os impostos ao governo e os dízimos ao Templo, e separar da colheita a parte que devia servir como semente para a próxima colheita. Ao todo, mais da metade da produção! O pouco que sobrava tinha que ser o suficiente para manter a família. Consequência: empobrecimento progressivo!

Esta situação transparece nas parábolas de Jesus. Por exemplo, o dono de terra que exige mais do que pode e deve (Mt 25,26). Os trabalhadores desempregados à espera de

---

<sup>26</sup> Cf. MESTERS, Carlos. *Com Jesus na Contramão*. São Paulo SP: Ed. Paulinas, 1995.

um biscate (Mt 20,1-6). O patrão que mora longe e deixa tudo entregue ao caseiro (Mt 21,33). O povo que vive cheio de dívida, ameaçado de ser escravizado (Mt 18,23-26). O desespero e a exploração que corrompem e levam o pobre a assaltar (Mt 21,34-39) e a explorar o próprio companheiro (Mt 18,27-30; Mt 24,48-50). A insegurança das estradas por causa dos assaltos (Lc 10,30). Funcionários corruptos que se enriquecem com os bens dos outros (Lc 16,1-7). Riqueza que ofende os pobres (Lc 16,19-21). Jesus sabia o que se passava no país!

Estas mudanças desintegravam a vida do povo e só faziam aumentar a saudade dos bons tempos antigos, quando todos ainda se preocupavam com o bem-estar de todos. Agora era o contrário. O clã, isto é, a comunidade, tinha cada vez menos resistência, menos força para reagir. Era como hoje! Dona Cícera que veio do interior da Paraíba para morar na periferia de João Pessoa, dizia: “No interior, a gente era pobre, mas tinha sempre uma coisinha para dividir com o pobre na porta. Agora que estou na cidade, quando vejo um pobre bater na porta, eu me escondo de vergonha, porque não tenho nada em casa para dividir com ele”!

#### **2.1.4. A Religião Oficial: Escribas, Fariseus e Sumos Sacerdotes.**

Uma grande contradição marcava a vida do povo. O projeto do governo vinha de fora. Não levava em conta a cultura nem a religião do povo. Era contrário à Tradição. Mas os que deviam defender a Tradição, estes, pela sua vida e pelos seus interesses, estavam de mãos dadas com a política do governo.<sup>27</sup>

Os fariseus insistiam na pureza (Mc 7,1-12; 2,16). Diziam ser contra os romanos, mas alguns deles andavam com os herodianos (Mc 3,6; 8,15; 12,13). Os escribas insistiam na Lei de Moisés, mas aprovavam o assassinato de João Batista por Herodes (Mc 11,31-32) e se reuniam com os sacerdotes e anciãos contra Jesus que os incomodava (Mc 11,18). Alguns deles chegavam a arrancar o dinheiro do povo (Mc 3,6; 8,15; 12,13.40). Os Sumos Sacerdotes estavam preocupados com o culto no templo, mas permitiam que o próprio templo se transformasse num antro de exploração (Mc 11,17). A política romana favorecia os interesses desta elite e encontrava nela um apoio no controle e na repressão ao povo (Jo 11,45-49).

Os fariseus, escribas e sacerdotes diziam defender a Tradição, a Lei, a Pureza, a

---

<sup>27</sup> Cf. MESTERS, Carlos. *Com Jesus na Contramão*. São Paulo SP: Ed. Paulinas, 1995.

Escritura, o Sábado, o Templo. Mas o que eles defendiam já não era o que Deus queria quando, no passado, fez surgir estes valores. Na mão deles, a Tradição anulava a Lei (Mc 7,13), a Lei anulava a vida (Mc 2,27; 3,4), as normas da pureza pesavam sobre o povo (Mt 11,28), o Templo era usado para ganhar dinheiro (Mc 11,17), a Escritura estava coberta por um véu (2Cor 3,12-15). Defendiam uma religião alienada!

E o povo de Deus? O povo estava ameaçado de perder tudo. Diante do avanço do projeto do Governo ninguém lhe revelava o verdadeiro projeto de Deus! Diante das normas e leis ensinadas pelos escribas e fariseus, ninguém lhe revelava a gratuidade do amor de Deus (Mt 9,13)! As autoridades religiosas não percebiam, ou melhor, não queriam perceber a gravidade do momento nem a necessidade de uma mudança radical do rumo da caminhada. Pelo contrário, impediam qualquer tentativa honesta de mudança (Jo 11,47-50). Por isso, sem se darem conta, conduziam o povo para o desastre (Lc 13,1-3. 33-35; 19,41-44). O povo era realmente como um rebanho sem pastor (Mt 9,36). Sem líderes para orientá-lo, sem rumo e sem horizonte, cansado de tanta opressão e exploração (Mt 11,28), vivia à espera da chegada do Reino.

É nesta realidade dura e sofrida que Jesus convive com o seu povo! É nesta *escola* que ele “cresce em sabedoria, graça e tamanho, diante de Deus e dos homens” (Lc 2,52). É tudo isto que ele vê e ouve, vive e sente, experimenta e sofre, durante 30 anos, lá em Nazaré. É a partir desta situação que ele vai discernir a ação de Deus, descobrir sua própria missão e anunciar a Boa Nova do Reino.

## **2.2. A PESSOA HUMANA DE JESUS DE NAZARÉ**

Quando falamos de Jesus como pessoa humana e centro de múltiplas relações, fazemos uma pergunta “Quem é Jesus de Nazaré?” Pergunta que não pode ser colocada sem ligação com o que aconteceu antes e depois dele. Ninguém pode ser entendido:

a) Como independente da história passada em que ele se encontrou que o carregou e o desafiou, e diante da qual ele reagiu criticamente;

b) Como independente de suas relações para com as pessoas com as quais conviveram contemporâneos que dele receberam alguma coisa e que por sua vez o influenciaram e nele provocaram certas reações;

c) Como independente da influência que ele exerceu sobre a história depois dele, nem como independente daquilo que ele mesmo, eventualmente, quis por em movimento.

Em outras palavras: uma pessoa humana é o centro de uma série de relações interativas com o passado, o futuro e o seu presente.

Tudo vale também para Jesus. Conclusão: o ponto de partida para qualquer cristologia ou interpretação cristã de Jesus não é, simplesmente, Jesus de Nazaré; menos ainda, o querigma ou o credo da Igreja. É o movimento que o próprio Jesus despertou no primeiro século da nossa era, sobretudo também porque é só através desse movimento que temos algum conhecimento histórico sobre Jesus. O mais lógico ponto de partida é, portanto, um determinado fato histórico, a saber: os evangelhos nos contam o que um tal de Jesus significou para a vida de alguns grupos de pessoas. Em outras palavras, o ponto de partida é a primeira comunidade cristã; sim, mas como reflexo, isto é, espelhando o que o próprio Jesus foi, falou e fez. A oferta de salvação, da parte de Jesus, alguns judeus reagem com um sim incondicional. O que foi essa oferta de Jesus, isso podemos deduzir das reações e dos testemunhos do Novo Testamento, através do prisma das respostas cristológicas das primeiras comunidades cristãs. Elas falam sobre Jesus de Nazaré “na linguagem da fé”; mas, ao falarem assim, referem-se ao Jesus de Nazaré real, uma realidade concretamente histórica, que fazia apelo a elas.

Tudo isso torna-se claro pelo teor de sua linguagem. Essa comunidade cristã não frisam que “ele morre”, e sim “que morreu pelos nossos pecados”; e mais ainda: “morreu pelos nossos pecados...segundo as Escrituras” (1Cor 15,3); - ou também “morto, porém ressuscitado” (Rm 8,34; 1Cor 15,3-4). Falar sobre Jesus na linguagem da fé é explicar o que este Jesus realmente histórico significou para os seus seguidores, e como tudo isso está ancorado no próprio Jesus. Aí a história e o conhecimento empírico, portanto informação, estão presentes, mas já interpretados na linguagem da fé.

O único conhecimento que temos sobre o que aconteceu com o Cristo chegou até nós através do que foi concretamente vivido nas primeiras comunidades cristãs.<sup>28</sup> Elas experimentaram dentro de si uma vida nova que atribuíram ao Pneuma: foi um dom do Espírito; foi a experiência de uma vida nova, dominada pelo Espírito, mas lembrando Jesus. Por isso, dizia eu que o movimento cristão primitivo é o indiscutível ponto de partida historicamente certo. Não podemos fazer esta pergunta isolada: “Quem foi Jesus de Nazaré?” Qualquer historiador que faça tal pergunta não pode fazer abstração da influência de fato desse homem Jesus (que fazia parte, ele mesmo, de uma história de tradições, no

---

<sup>28</sup> SCHILLEBEECKX, Edward. Jesus: A História de um vivente. São Paulo: Paulus, 2008.

contexto de uma situação cultural religiosa). Por um lado, ele influenciou um grupo de contemporâneos que se tornaram seus seguidores; por outro lado, influenciou aqueles que o entenderam de modo totalmente diferente, mas chegaram a uma reação não menos excepcional que custaria a ele a vida (consta historicamente que Jesus, entregue pela autoridade judaica, foi executado por ordem da autoridade romana local). Por isso, o historiador não pode deixar de perguntar “Quem foi, afinal, esse homem que pode provocar essas reações extremas: de um lado, fé incondicional; de outro lado, incredulidade agressiva?” É significativo para a nossa história humana, cheia de injustiças, que os romanos, ante a possibilidade de uma agitação política numa região subjugada, mandaram crucificá-lo. Que a autoridade judaica o entregou, só se explica (fazendo-se abstração de paixões humanas) se este Jesus, do ponto de vista convencional judaico, teve comportamento fundamentalmente não-judaico (uma pretensão de ser “Messias” não basta; houve naqueles tempos outros pretendentes a serem messias, os quais, nem por isso, foram executados). Por outro lado, houve os seguidores que creram em Jesus, que lhe deram respostas positivas tão incondicionalmente que, depois de sua execução, foram capazes de expressar a experiência fundamental de sua resposta lançando mão dos mais variados, sugestivos e elevados conceitos de títulos religiosos, disponíveis no mundo judaico pagão: Filho do Homem, profeta escatológico, Messias ou Cristo, “Filho de Deus” (com conteúdo tanto judaico como helenista), “Senhor” (*mar* judaico e *Kyrios* helenístico). Eram títulos sugestivos, alguns com sentido para cristãos judeus, mas incompreensíveis para cristãos do paganismo (por exemplo: Filho do Homem; Messias), pelo que desapareceram das igrejas de língua grega (por exemplo: Filho do Homem) ou perderam seu vigor.

O referido aponta para o caráter muito relativo dos títulos aí empregados. Importante é que os fiéis, na base de suas experiências comunitárias, tinham de lançar mão dos títulos mais elevados, disponíveis na cultura religiosa de seu ambiente, para poderem verbalizar o que tinham experimentado e ainda experimentavam a respeito de Jesus. É primária a experiência cristã, como resposta da comunidade à realidade oferecida por Jesus. Os títulos, embora tenham sua importância, são secundários. Além disso, na própria Bíblia já puderam ser trocados entre si ou substituídos por outros, e puderam até deixar de ser usados. A experiência de salvação continuou, pedindo sempre expressões e articulações mais adequadas, na base de novas situações sócio-históricas. Tal vivência pode ser denominada experiência de abertura, ou descobrimento, uma revelação, um sentir-se na fonte (tanto para quem tinha conhecido Jesus diretamente, como para quem ouvia falar dele apenas através da “memória Jesus”, e pela vida da comunidade). Enfim, descobriram

algo em Jesus que não pode ser demonstrado direta e empiricamente, mas que não deixava de lampear como “evidência” recebida, para quem dentro de uma comunidade viva era confrontado, sem preconceito, com Jesus.

É interessante prestar atenção à estrutura dessa experiência comunitária: a “nova vida” da comunidade, presente em virtude do *Pneuma e anamnese*, o Espírito e o lembrar-se de Jesus, são experienciados como unidade. É algo que no próprio Novo Testamento se expressa teologicamente de muitas maneiras:

a) Se compararmos Atos 2 com o Evangelho joanino e com a cristologia judaica-cristã original (aramaica), (que ainda pode ser destilada, até certo ponto, dos sinóticos), vemos que em Atos 2 o acontecimento pentecostal, 50 dias depois da páscoa, é uma narrativa etiológica das experiências pneumáticas das comunidades cristãs, desde muitos anos. No Evangelho joanino a efusão do Espírito, etiológicamente interpretada, acontece no próprio “dia da Páscoa, isto é, relaciona-se diretamente com a ressurreição, estando Jesus e o Pneuma, a lembrança e o hoje, intimamente de novo ligado entre si.

b) O Evangelho joanino, tematiza de maneira ainda mais precisa a ligação entre o *Pneuma e a anamnese* (lembrança), quando faz o Senhor dizer que o Espírito vindouro lhes há de relembrar tudo (Jo 14,26; 15,26; 16,13-14). As experiências pneumáticas da comunidade ficam intimamente ligadas à “memória de Jesus”. Há uma ligação orgânica entre o hoje, a atualidade das experiências comunitárias (Pneuma) e o “passado” de Jesus (lembrança).

No Evangelho joanino, uma estrutura que se encontra nos Evangelhos sinóticos, e também fora deles, é formulada apenas de modo mais explícito e convincente. De fato, ocorre frequentemente também fora do evangelho joanino a fórmula: “Não vos lembrais?” (Cf. Mc 8,18-19 par.; Mt 16,9; Mc 14,9 par.; Mt 26,13; Lc 24, 6-8; At 20,35; 2Pd 1,12-15 e 3,1-2). Enfim, também na fórmula eucarística a própria Igreja declara que a celebração litúrgica é feita “em memória de Jesus”(Lc 22,19; 1Cor 11,24-25). Em outras palavras: O querigma eclesial é ao mesmo tempo a *memória* do Jesus terreno, do que ele falou e fez.

Quando as comunidades cristãs refletem assim sobre suas próprias experiências, declaram que tais experiências se relacionam com o Espírito e com Jesus de Nazaré; de tal maneira que essas duas relações inicialmente pareciam, por assim dizer, uma só: “O Senhor é o Pneuma: disse Paulo, ainda numa fase precoce (2Cor 3,17). Além disso, a comunidade articulou essa relação:

a) Em narrativas sobre Jesus (logia, narrativas e parábolas, em forma de “Jesu”);

b) Em querigmas, hinos e profissões de fé, nos quais de modo variado para essas comunidades é verbalizado na linguagem da fé, a fim de ser proclamado como toque de trombeta.

Portanto, a matriz do Novo Testamento como texto escrito é experiência das primeiras comunidades cristãs, inseparavelmente ligada à convivência imediata com Jesus, e mais tarde, pela “memória Jesu”, ao contato com o Senhor. E é por isso que as primeiras comunidades cristãs, com sua experiência, são historicamente acessíveis para nós; historicamente, são elas o caminho mais responsável para chegarmos a Jesus de Nazaré. O que o Jesus histórico nos deixou não é em primeira instância uma espécie de resumo, ou trechos de pregação sobre a vinda do Reino de Deus, nem tampouco um querigma ou um relatório fiel do que ele fez exatamente, historicamente; nem é certo número de diretrizes e palavras sábias que pudessem com alguma certeza ficar isoladas dos evangelhos. O que ele deixou, somente pelo que ele era, fez e falou, puramente pela sua atuação como este homem determinado, foi um movimento, uma comunidade viva de fiéis, conscientes de serem o novo Povo de Deus, a “assembleia” escatológica de Deus, - não um “resto sagrado”, mas as primícias da assembleia de todo o Israel e finalmente de toda a humanidade: um movimento libertador escatológico, para reunir todos os seres humanos, unindo-os. Um Shalom Universal.<sup>29</sup>

## **2.5. JESUS DE NAZARÉ E A SUA PESSOA**

Cada um de nós, pelo simples fato de nascer neste mundo, nasce num determinado lugar, numa determinada família, num determinado povo. Nasce marcado de muitas maneiras. Jesus também. Comparemos a nossa ficha e a ficha de Jesus, e vejamos.<sup>30</sup>

Lugar onde nasceu: país, região, cidade, centro, ou periferia, interior,...

Tempo em que nasceu: época, século, guerra, paz, mudança, crise,...

Cultura que recebeu: língua, sotaque, costumes, mentalidade, história,...

Família que o acolheu: pais, irmãos, parentes, vizinhos, padrinho, madrinha,...

Caráter ou índole: tímido, expansivo, introvertido, agressivo,...

Cor ou raça: branca, negra, morena, amarela, mestiça,...

Sexo: mulher, homem,...

Religião: católico, protestante, judeu, candomblé, crente, espírita, ateu,...

---

<sup>29</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus: A História de um vivente*. pag 37-41

<sup>30</sup> Cf. MESTERS, Carlos. *Com Jesus na Contramão*. São Paulo SP: Ed. Paulinas, 1995. p. 15-18

Classe: pobre, rico, classe média, empregado, empregador,...

Físico: bonito, feio, forte, pequeno, frágil, deficiente, paralítico,...

Será que estamos satisfeitos com a nossa ficha? Estas coisas ninguém as escolhe. Elas fazem parte da existência humana. Afetam, marcam a vida de alto a baixo. Também a vida de Jesus! É o ponto de partida para qualquer coisa que se queira fazer na vida. É a encarnação!

Estas marcas não são iguais para todos. Para uns, pesam muito. Para outros, pouco. Para outros não são peso. Uns se maldizem. Achrom que Deus foi injusto com eles, e vivem desgostosos. Outros não se envolvem.

### **2.5.1. Jesus se coloca do lado dos excluídos do sistema.**

Fiel ao seu programa e à sua vocação, Jesus convive, a maior parte do seu tempo, com aqueles que não tinham *lugar* dentro do sistema social existente:

1. **Prostitutas** – que são preferidas aos fariseus (Mt 21, 31-32; Lc 7,37-50);
2. **Publicanos** – tem precedência sobre os escribas (Lc 18,9-14; 19,1-10);
3. **Leptosos** – são acolhidos e limpos (Mt 8,2-3; 11,5; Lc 17,12) e os sacerdotes são obrigados a dar-lhes prova de sua purificação (Lc 17,14; Mc 1,44; Mt 8,2-4);
4. **Doentes** – (Mt 8, 17) são curados em dia de sábado (Mc 3,1-5; Lc 14,1-6; 13,10-13);
5. **Mulheres** – fazem parte do grupo que acompanha Jesus (Lc 8,1-3; 23,49-55);
6. **Crianças** – são apresentadas como professores de adultos (Mt 18,1-4; 19,13-15; Lc 9,47-48);
7. **Povo humilde** – entende o mistério do reino melhor que os sábios e entendidos (Mt 11,25-26);
8. **Samaritanos** – são apresentados como modelo aos judeus (Lc 10,33; 17,16);
9. **Famintos** – acolhe-os como rebanho sem pastor (Mc 6,34; Mt 9,36; 15,32) dá-lhes de comer (Jo 6,5-11) e provoca neles a partilha (Jo 6,9);
10. **Cegos** – recebem a visão (Mc 8,22-26; Mc 10,46-52; Jo 9,6-7) e os fariseus são declarados cegos (Mt 23,16);
11. **Coxos** – sua cura é sinal de que Jesus pode perdoar pecados sem ser blasfemo (Mc 2,1-12; Mt 11,15);
12. **Possessos** – a expulsão dos demônios é sinal de que chegou o Reino de Deus (Lc 11,14-20);
13. **Adúltera** – é acolhida e defendida contra a lei e contra a tradição (Jo 8,2-11);

14. **Anciã** – é defendida dentro da sinagoga contra o coordenador da sinagoga (Lc 13,10-17);
15. **Estrangeiros** – são acolhidos e atendidos (Lc 7,2-10) e a cananéia consegue mudar os planos de Jesus (Mc 7,24-30; Mt 15,22);
16. **Pobres** – o Reino de Deus é deles (Mt 5,3; Lc 6,20) e não é dos ricos (Lc 6,24);
17. **Mendigos** – na parábola, eles recebem a vida eterna e o rico epulão vai para o inferno (Lc 16,19-31);
18. **Ladrão** – é condenado pelo sistema e é recebido por Jesus no Reino (Lc 23,40-43);
19. **Pescadores** – são chamados para ser discípulos de Jesus (Mc 1,16-20), enquanto não há nenhum doutor nem escriba no grupo dos doze;
20. **Zelotes(as)** – alguns deles estão no grupo de Jesus (Mt 10,4; Mc 3,18) junto com Levi, o publicano (Mc 2,14).

Estas atitudes bem concretas de Jesus representam um perigo muito grande para o sistema dos judeus, pois Jesus escolhe os “**imorais**” (prostitutas e pecadores), os “**marginalizados**” (leprosos e doentes), os “**hereges**” (samaritanos e pagãos), os “**colaboradores**” (publicanos e soldados), os “**fracos**” e os “**pobres**” (que não têm poder nem saber). Os que não têm “lugar” recebem um “lugar”! E os que têm um “lugar” na convivência social não recebem um “lugar” na convivência com Jesus!

A opção de Jesus é muito clara. Também o convite é claro: não é possível ser amigo de Jesus e continuar a apoiar o sistema que marginaliza tanta gente. Alguns o entenderam e responderam afirmativamente: Nicodemos (Jo 3,1-2), que defendeu Jesus no tribunal (Jo 7,50-52), foi vaiado e correu o risco de ser expulso (Jo 19,39); José de Arimatéia, que teve a coragem de pedir o corpo de Jesus para enterrá-lo (Mt 27,57-60), correndo o risco de ser acusado de ser contra os romanos e contra os chefes judeus; Zaqueu que deu a metade de seus bens aos pobres e devolveu quatro vezes o que tinha roubado (Lc 19,1-10).

O povo dos pobres logo percebeu a novidade, acolheu Jesus e disse: “Um novo ensinamento com autoridade!” (Mc 1,27), diferente dos escribas e dos fariseus (Mc 1,22). E indo atrás de Jesus, (Mt 14,13-14), esqueceu tudo: casa, comida, filhos, a ponto de parar no deserto (Mc 6,35-36), junto com Jesus, sem comida, quase desfalecendo (Mc 8,1-3). Para o povo faminto e pobre, Jesus deve ter sido uma simpatia ambulante!<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Cf. MESTERS, Carlos. *Com Jesus na Contramão*. São Paulo SP: Ed. Paulinas, 1995. p. 20

### **2.5.2. Sendo rico, ele se fez pobre!**

“Sendo rico, ele se fez pobre!” (2Cor 8,9). Aqui está uma opção radical que não pode ser desfeita por nenhum raciocínio. Jesus não era cidadão romano, não tinha nenhum título, não fez curso com Gamaliel, não estudou em Jerusalém, não tirou diploma; na sua apresentação no templo os pais fizeram a oferta dos pobres – duas pombas (Lc 2,24); não era sacerdote nem de família sacerdotal, não era levita nem fariseu, não era escriba nem zelote(a), nem publicano, nem essênio, nem saduceu. Jesus era um leigo, operário-agricultor, vindo da Galiléia, onde a instabilidade social era muito grande. Na comunidade local não era presbítero nem coordenador. Não tinha a proteção de nenhuma classe. Era conhecido como o carpinteiro (Mc 6,3) ou filho do carpinteiro (Mt 13,55), viveu “trinta anos” em Nazaré (Lc 3,23), não casou; nasceu fora de casa numa estrebaria e, assim, desde o seio materno sofreu as consequências do sistema opressor dos romanos. Se você quiser conhecer a vida do Filho de Deus em Nazaré, nos “trinta anos”, pegue a vida de qualquer nazareno daquele tempo, coloque o nome de Jesus e terá a biografia dele. Realmente, “sendo rico, ele se fez pobre!” O que para uns é condenação do destino e do sistema para Jesus se torna e é manifestação da vontade do Pai. O Pai revela aqui a sua preferência. Jesus vai ficar fiel ao Pai, ficando do lado dos pobres até à morte! Ficar do lado dos pobres, do povo sofredor, era o mesmo que ficar do lado do Pai: “Eis-me aqui para fazer a tua vontade!” (Heb 10,7-9).

### **2.6. O CRISTO LIBERTADO: A NOVA FÉ DOS OPRIMIDOS NA NOVA IMAGEM DE DEUS**

A imagem de Cristo e o sofrimento infligido estiveram, portanto, relacionados desde o princípio, John Sobrino vem lembrar da América Latina, assim como no tempo de Jesus aqui também houve os martírios de diversos povos crucificados. Contudo, algo novo e surpreendente ocorreu há alguns anos. O tradicional Cristo sofredor foi visto não mais somente como símbolo de sofrimento com o qual o povo podia identificar-se, mas também, e especialmente, como símbolo de protesto contra o sofrimento, e, sobretudo, como símbolo de libertação. Hoje, na experiência de fé de muitos cristãos da América Latina, Jesus é visto e amado como o libertador. Isto é bastante novo e depois de séculos de uma imagem unilateral do Cristo sofredor, realmente surpreende.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*. A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 26

O fato de existir esta nova imagem de Cristo é o que podemos chamar de maior fato cristológico na América Latina, um verdadeiro sinal dos tempos, seja qual for sua realidade quantitativa. Será preciso fundamentar a verdade desta imagem, mas, inversamente, começamos, pois enquanto coisa real, é o que inspirará a apresentação de Cristo.

Como justificação geral desta opção, digamos que esta imagem oferece melhor a relevância de Cristo para um continente de opressão por ser libertadora e recupera melhor a identidade de Cristo, sem perder sua totalidade, ao remeter a Jesus de Nazaré.

a) Cristo – seja denominado com este ou outros termos – é visto antes de tudo como *libertador*, com capacidade para libertar da diversidade de escravidões que afligem os pobres do continente, de dar direção a essa libertação e de animar os crentes a serem sujeitos ativos dela. Deste ponto de vista, a nova imagem é essencialmente soteriológica para o presente, mas é também neotestamentária em sua origem e de maneira precisa: recupera o Jesus de Nazaré enviado a “pregar a boa-nova aos pobres e libertar os cativos” (Lc 4,18). A partir deste fato central é revalorizada toda a vida, atuação e destino de Jesus, de modo que o Cristo libertador, sem que isto signifique ignorar a totalidade de Cristo, é antes de tudo Jesus de Nazaré, o chamado Jesus histórico.<sup>33</sup>

b) A essa nova imagem correspondente uma nova forma de viver a fé em Cristo. Muitos cristãos crêem hoje, existencialmente, de forma diferente e até contrária à de antes, passaram por uma radical conversão em seu modo de crer e testemunharam-no com um compromisso impressionante que chega até à entrega da vida. Muitos cristãos foram assassinados, mas não qualquer um deles, e sim os que atuam conseqüentemente segundo a nova imagem do Cristo libertador. E este fato martirial generalizado é a melhor prova de que existe verdadeiramente uma nova imagem de Cristo e uma imagem mais de acordo com o Cristo que é Jesus. Fé em Cristo significa, antes de tudo, *seguimento de Jesus*.

c) Esse Cristo e essa fé são também conflitivos. Jesus está a favor de uns, os oprimidos, e contra outros, os opressores. Os pobres proclamam-no como verdadeiro Cristo, enquanto seus opressores se põem em guarda contra ele, atacam-no e, em qualquer caso, desejam introjetar outras imagens alienantes de Cristo. O seguimento de Jesus é essencialmente conflitivo porque significa reproduzir uma prática em favor de uns e contra outros, e isto dá origem a ataques e perseguição.

É preciso acrescentar, que esta nova imagem é conflitiva também entre os pobres, pois embora todos eles busquem a mesma salvação, quer dizer, poder manejar o

---

<sup>33</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*. A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 27

fundamental vida, com o mínimo de eficácia e de dignidade, reaparecem imagem cristológicas de salvação anti-libertadoras: o Jesus salva, o glória ao Senhor dos movimentos espiritualistas e das seitas. Isto é compreensível, porque, em situações sócio-econômicas hoje tão trágicas como no passado, mas que persistem e até aumentam em consequência de esperanças de libertação fálidas em muitos casos, a muitos pobres, embora de formas externas distintas, só resta aferrar-se ao central da antiga imagem: Cristo de quem se pode esperar salvação e só dele, mas uma salvação, em última instância, apenas transcendente, pois na história ela não parece possível.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 28

## CAPÍTULO III

### DEUS SE REVELA NOS POBRES

#### 3.1. DEUS SE REVELA NOS POBRES, A MISSÃO DE JESUS

No princípio da criação havia um plano de Deus, um projeto da sabedoria de Deus, essa sabedoria correspondia a uma vontade de bondade e amor. *“Jamais alguém via a Deus. Ninguém pode conhecê-lo, a não ser Jesus, porque o Filho conhece o Pai e pode dá-lo a conhecer. O que sabemos de verdade sobre Deus vem de Jesus”*.<sup>35</sup> Na origem de tudo estão o amor e a bondade de Deus, que tudo criou para expressar esse amor. Nisso consiste a glória de Deus. Deus manifesta a sua grandeza ao atuar por pura bondade, fazendo com que existam coisas sem que tenha necessidade delas.

Criar significa fazer do nada ou tirar do nada, ou seja, produzir uma realidade a partir de nenhuma realidade anterior: antes não havia nada e agora há algo onde antes nada havia. Foi exatamente isso que Deus fez. Antes não havia ninguém que pudesse ajudá-lo. Não havia nada que ele pudesse usar. Ele agiu a partir de seu plano somente com sua força, que é a mais radical de todas: a força de fazer com que algo exista a partir do nada. Essa força não pode existir em nenhuma criatura. *“Como ocorre no credo cristão (Creio em Deus... Criador do céu e da terra), também na Bíblia o contexto próprio da fé na criação é a fé em Deus. Portanto a pergunta sobre a origem da fé criacionista está inseparavelmente unida ao modo como Israel concebeu a Deus”*.<sup>36</sup> É a força específica de Deus. Só Deus pode ser Criador, na medida em que fez tudo com toda independência, Deus em nada depende de suas criaturas.

Todo o contexto histórico da igreja é marcado pela opção pelos pobres, isso é claramente percebido em suas ações Pastorais, voltadas para toda essa massa necessitada. Surge, no entanto, a importância da teologia com suas reflexões acerca das misérias, injustiças e opressões sempre visando uma realidade nova, ou seja, uma libertação. Outros dados que percebemos, são os pobres vistos como o lugar específico da revelação de Deus à humanidade.

---

<sup>35</sup> COMBLIN, José. Jesus Cristo e sua Missão, p. 14

<sup>36</sup> PENA, Juan I Ruiz De La. Teologia da Criação, p.15

## **3.2. O REINO REVELADO POR JESUS**

Composta hoje por muitas pessoas. Quando pensamos em excluídos, e o que o determina para este fim, basta lembrar que este sistema capitalista neoliberal imposto pelos poderosos, é o grande responsável pela produção infinita de excluídos. Trata-se, portanto, de uma preocupação permanente, não bastando apenas saber dessa realidade, mas é necessário conhecer quem são estas pessoas, onde e como estão vivendo.

Gostaria de enfatizar que o marco deste trabalho não é mostrar que estamos cercados de pobres, mas constatar que estes pobres simbolizam o lugar específico e próprio da revelação de Deus à humanidade. Enquanto boa parte da sociedade os despreza, Deus jamais os abandonará, pois é neles que Ele se desvela. “*A teologia que estudamos só tem serventia se ajudar realmente o povo cristão a se expressar e compreender melhor, a ler melhor a Bíblia e aplicá-la melhor à sua vida, para compreender sua vida de fé nela e a partir dela*”.<sup>37</sup> É importante que a grande massa da população saiba a realidade em que vivem os excluídos, pois suas vidas e mortes têm profunda sintonia com a palavra e ação de Deus, desencadeando na atualização através da Igreja como sendo aquela que caminha conforme Jesus Cristo.

### **3.2.1. Peregrino no Reino.**

Cada ser humano chega a esse conhecimento por um caminho próprio. Os mais cultos e os filósofos usam seus conhecimentos e raciocínios complicados. Para os camponeses, basta olhar a terra e o céu. Outros consideram as maravilhas dos animais e das plantas. Outros ainda contemplam o ser humano. Não importa. O que importa é que todos possam conhecê-lo.

## **3.3. O LUGAR SOCIAL-TEOLOGAL: O MUNDO DOS POBRES**

O lugar eclesial é lugar real da cristologia dentro de uma realidade mais abrangente: o mundo dos pobres. Esse é seu lugar social-teologal. E digamos que, se o lugar enquanto eclesial influi sobretudo no *conteúdo* cristológico (quem é Jesus Cristo) o lugar enquanto social influi sobretudo no próprio modo de *pensar* cristológico (como abordar Jesus Cristo).

---

<sup>37</sup> COMBLIN, José. Jesus Cristo e sua Missão, p 125.

Antes de tudo, o lugar social recorda que “o teólogo não vive no ar... que não há uma cristologia neutra... que a cristologia é constituída no menor de um momento definido da história, é elaborada sob determinados modos de produção material ideal cultural e eclesial, e é articulada em função de determinados interesses concretos nem sempre conscientes”. O lugar social configura a cristologia e a faz, por ação ou por omissão, saiba ou não, partidária. A cristologia da libertação está pelo menos consciente disso, e tem a honradez de reconhecer: pensa a partir do mundo dos pobres e pensa para libertá-los.

E essa realidade social que configura o modo de pensar do teólogo, configura-o também enquanto crente, não só enquanto pensador. E se esta afirmação causa estranheza, lembremos que a realidade social não é outra coisa senão a criação de Deus, coisa que não deveriam esquecer os que acusam a teologia de se converter e se reduzir a sociologia. Ver como está essa realidade é ver como está a criação de Deus. Por isso falamos de lugar *social-teologal*.

E não esqueçamos tampouco que a fé real se concretiza, é questionada ou cresce em primeiro lugar nesse mundo real. Em palavras simples, crer em Cristo é algo que se faz em último termo no mundo real, seu questionamento máximo provém do mundo real e sua aceitação ocorre em confrontação com o mundo real. Uma determinada situação eclesial pode favorecer ou dificultar a aceitação de Cristo, mas a atitude de aceitar ou a de rejeitar Cristo como a revelação do divino e do humano é algo que acontece no mundo real, e naquilo que este facilita ou dificulta.<sup>38</sup>

O lugar social é, portanto, o mais decisivo para a fé, o mais decisivo para configurar o modo de *pensar* cristológico e o que exige e facilita a ruptura epistemológica? Dito isto, queremos analisar como o mundo dos pobres não só condiciona, mas também positivamente possibilita e facilita esse pensar cristológico.

### **3.3.1. O mundo dos pobres: realidade histórica e social.**

É sabido, mas é preciso repeti-lo. A realidade histórica e social da América Latina é caracterizada pela pobreza injusta, cruel e massiva. Assim começou a Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, na Colômbia: “Existem muitos estudos sobre a situação do homem latino-americano. Em todos eles se descreve a miséria que marginaliza grandes grupos humanos. Esta miséria, como fato coletivo, é injustiça que brada aos céus” (*Justiça*). Assim começou a Conferência de Puebla de los Angeles, no

---

<sup>38</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador: A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 54

México, onze anos mais tarde: “Comprovamos, pois, como o mais devastador e humilhante flagelo a situação de”. Assim repete a Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* de João Paulo II, e os estudos sócio-econômicos apontam ainda para uma pobreza maior.

Essa realidade primária dá o que pensar, é a que mais dá o que pensar e a que deve pôr o pensar cristológico em sua direção fundamental. “Se a situação histórica de dependência e dominação de dois terços da humanidade, com seus 30 milhões anuais de mortos por fome e desnutrição, não se converte no ponto de partida de qualquer teologia cristã hoje, inclusive nos países ricos e dominadores, a teologia não poderá situar e concretizar historicamente seus temas fundamentais”.<sup>39</sup> Se a teologia não levar esta realidade a sério, será acusada de cumplicidade e de irrelevância, “suas perguntas não serão perguntas *reais*, pois passarão ao lado do homem *real*”. Mas, positivamente, essa situação exige que ela pense verdadeiramente, conscientemente, e que pense a partir de um determinado horizonte: propiciar vida aos pobres e combater a morte que os transforma em vítimas. E se isto for acusado de reducionismo e sociologismo, lembremos o seguinte: estamos falando da *criação* de Deus. A vida ameaçada, “esse mínimo que é o máximo dom de Deus”, como dizia D. Romero, é que é preciso defender, é o que põe o pensamento em funcionamento e diante do que não se pode ser neutro. O atual debate europeu sobre a modernidade e a pós-modernidade toma-se neste ponto absolutamente ininteligível e escandaloso: poder-se-á “passar” por muitas coisas, mas não se pode passar pela morte dos pobres.

É também isto que põe em movimento o pensar cristológico e lhe confere uma direção fundamental: pensar Cristo a partir da situação da vida e da morte reais, relacioná-lo com as necessidades primárias dos pobres, apresentar Cristo como a palavra de vida diante da antívida, como quem veio trazer vida e vida em abundância. E assim aconteceu. A partir deste horizonte de vida e morte, a cristologia recuperou o essencial de Jesus como o anúncio de um reino de vida para os pobres, contra o anti-reino de morte. E este não é um fruto pequeno da opção de estar no lugar social da pobreza. Pois o lugar social é também lugar teológico.<sup>40</sup>

### **3.3.2. O mundo dos pobres: realidade que capacita a pensar.**

O mundo dos pobres não é somente exigência para o pensamento, oferece também uma vantagem epistemológica: uma luz que ilumina seus conteúdos. Falamos agora mais

---

<sup>39</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 55

<sup>40</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 56

de luz do que de conteúdos, e dizemos que no mundo dos pobres existe uma luz que faz a inteligência ver conteúdos que dificilmente são vistos sem essa luz. A luz não é o que se vê, é aquilo que faz ver. Em linguagem técnica, os pobres oferecem conteúdos concretos (*medium in quo*), mas atuam sobretudo como um *medium quo* “quando se transformam como que em luz, sobre a qual não cai diretamente o olhar, mas com a qual se vê o que se busca”.

Aceitar que há luz no mundo dos pobres, e uma luz que não se encontra em outros lugares, é, em última instância, uma opção - embora se possa argumentar de antemão em seu favor baseando-se na relação transcendental entre Deus e pobres, que exerce a função de “pré-compreensão” da cristologia. Queremos insistir, contudo, que a chamada opção pelos pobres é mais do que uma opção pastoral; é uma opção totalizante por ver a totalidade, mas, conscientemente, a partir de uma parte. Com isso a totalidade não se reduz a uma de suas partes, mas se espera - e nesse sentido a opção é também “aposta” - que a partir dos pobres se veja mais e melhor do que de qualquer outra parte.<sup>41</sup>

Para a cristologia isto significa usar a luz dos pobres para inserir-se melhor na totalidade de Cristo. Lembremos que o pensar cristológico, enquanto tal, se vê forçado a isso também por causa de seu próprio conteúdo. Do servo de Javé se diz que Deus o colocou para ser luz das nações. Do Cristo *crucificado* a teologia paulina diz que é sabedoria, e a teologia de João diz que é nesse *crucificado* que se deve pôr o olhar. Se estas expressões não forem tomadas como puramente retóricas, nelas se diz que no crucificado há algo que fornece uma luz que o pensamento não consegue em outros lugares. É exatamente isso que se quer dizer do mundo dos pobres; e acrescentamos que por isso é tão estranho que cristologias “cristãs”, que se vêem necessariamente confrontadas com um crucificado e que têm de admitir que nele há “revelação” de Deus, acabem não integrando em seu próprio trabalho e nem sequer entendendo a opção pelos pobres.

### **3.3.3. O mundo dos pobres: realidade que ensina a pensar.**

Digamos, enfim, que o mundo dos pobres faz com que a inteligência funcione ou possa funcionar de uma maneira específica, importante para o pensar cristológico.<sup>42</sup>

Em primeiro lugar, no mundo dos pobres a inteligência pode superar com mais facilidade a *hybris* que está atuante em todo o humano e também no ato primigênio de conhecer a verdade, como denuncia Paulo (Rm 1,18). Também a cristologia deve

---

<sup>41</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 57

<sup>42</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 57

perguntar-se por aquele lugar no qual, por sua, natureza, embora não mecanicamente, seja mais fácil para ela chegar a conhecer a verdade sem manipulá-la e manter-se nela. A partir desta perspectiva, o mundo mais apto para conhecer a verdade e evitar sua manipulação é o mundo dos pobres. Se os pobres deste mundo não fazem suspeitar, pelo menos que também a inteligência cristológica pode estar sujeita à hybris, nada o fará. Para conhecer a própria pecaminosidade atuante na cristologia, por que não haveria de estar? Até hoje não se inventou nada mais eficaz, desde Paulo até Inácio de Loyola, do que nos confrontar com um crucificado real. E o mesmo continua ocorrendo hoje ao nos defrontarmos com os povos crucificados: eles são a melhor salvaguarda para que a teologia não se transforme em ideologia. É preciso insistir nesta verdade pois com frequência se afirma o contrário: quando a teologia leva os pobres a sério, costuma ser tachada de ideologizada, ao passo que quando os ignora costuma ser considerada verdadeiro exercício do pensar teológico.

Em segundo lugar, o mundo dos pobres é o lugar que exige e facilita uma vontade específica e necessária ao pensamento para que este corresponda ao objeto da cristologia: que seja de misericórdia para com as vítimas e como boa-notícia para os que vivem realidades más. Se o mundo dos pobres diz algo é, por definição, que a misericórdia eficaz é a primeira e última coisa, e que dela deve estar imbuída qualquer atividade humana e cristã, e por isso também a teológica. Por isso a realidade dos pobres exige e possibilita que a teologia mude sua própria auto compreensão e se compreenda sobretudo como *intellectus amoris*, não em oposição mas em diferenciação ao *intellectus fidei*.<sup>43</sup> Mais concretamente, que se compreenda como *intellectus misericordiae, justitiae, liberationis*. Neste sentido, assim como a teologia da libertação se define a si mesma como “a teoria de uma práxis eclesial e histórica”, assim a cristologia deve ser compreendida sobretudo como *Cristo práxis*, não para anular o *logos*, mas para que este ilumine a verdade de Cristo a partir dos impulsos do mesmo Cristo para que a libertação se tome realidade.

Creemos, portanto, que é o mundo dos pobres que faz a inteligência teológica refletir sobre seu próprio funcionamento e questionar não só se seu *produto* é libertador ou opressor, mas também se seu *funcionamento* favorece uma ou outra coisa. I. Ellacuría, ao fundamentar filosoficamente o método da teologia da libertação, afirma que a estrutura formal da inteligência consiste em se defrontar com as coisas reais, e que esse confronto tem uma dimensão noética, ética e praxica.

---

<sup>43</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador: A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 58

Este confrontar-se com as coisas reais enquanto reais tem uma tríplice dimensão: *levar a realidade em consideração*, o que supõe estar na realidade das coisas, e não simplesmente estar diante da idéia das coisas ou do sentido delas, um estar “real” na realidade das coisas, que em seu caráter ativo de estar sendo é completamente o contrário de um estar cósmico e inerte e implica um estar entre elas através de suas mediações materiais e ativas; *carregar a realidade*, expressão que indica o caráter fundamental ético da inteligência que não foi dado ao homem para evitar seus compromissos reais, mas para carregar o que as coisas realmente são e o que exigem; *encarregar-se da realidade*, expressão que indica o caráter prático da inteligência que só cumpre com o que é, inclusive em seu caráter de conhecedora da realidade, quando toma a seu encargo um fazer real.<sup>44</sup>

Alguém pode se perguntar se este modo de conceber o funcionamento da inteligência pôde ser formulado em qualquer lugar. Sem dúvida alguma, neste caso está influenciando a filosofia zubiriana, mas em minha opinião seu autor a descobriu e certamente a aprofundou a partir do mundo dos pobres e comprometido com os pobres.

Este modo de conceber a inteligência significa para o pensar cristológico, para “conhecer” a Cristo, o seguinte: “levar a realidade de Cristo em consideração”. Para isto o mais eficaz é voltar à realidade histórica de Jesus de Nazaré. Significa, também, “carregar a realidade de Cristo”, quer dizer, a disponibilidade de escutar e responder a suas exigências éticas reais e se manter nisso. Significa, ainda, “encarregar-se da realidade de Cristo”, isto é, pô-lo a produzir uma práxis libertadora tomando sua causa real.

### **3.4. DOS POBRES A JESUS DE NAZARÉ**

Neste trecho tentamos ressaltar a importância do lugar onde se faz cristologia e determiná-lo o mais adequadamente possível. Para a cristologia latino-americana esse lugar é a realidade dos pobres, o que é, em último termo, uma opção cuja justificação só se dá dentro do círculo hermenêutico: a partir dos pobres se pensa que se conhece melhor a Cristo, e, então, esse Cristo melhor conhecido é o que se pensa que remete ao lugar dos pobres.

A importância deste lugar concreto para a cristologia é dupla. Por um lado, opera uma ruptura epistemológica no modo de abordar e conhecer a Jesus Cristo: conhecer a

---

<sup>44</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador: A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 59

Cristo é em último termo seguir a Cristo. Por outro lado, desse lugar e com esse modo de conhecer, a cristologia se vê orientada para o Cristo que é Jesus de Nazaré. “A cristologia da libertação elaborada a partir da América Latina privilegia o Jesus histórico sobre o Cristo da fé”, afirma L. Boff depois de ter analisado o lugar social da cristologia.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador: A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 60

**CAPÍTULO IV**  
**A CENTRALIDADE DO REINO DE DEUS**  
**REVELADO POR JESUS**

**4.1. REINO DE DEUS IMPLICA REVOLUÇÃO NO MODO DE PENSAR E AGIR**

Reino de Deus atinge primeiro as pessoas. Delas se exige conversão. Conversão significa: mudar o modo de pensar e agir no sentido de Deus, portanto revolucionar-se interiormente. Por isso Jesus começa pregando: “Convertei-vos, pois está próximo o Reino de Deus” (Mt 3,2; 4,17). Converter-se não consiste em exercícios piedosos. Mas num novo modo de existir diante de Deus e diante da novidade anunciada por Jesus. Conversão implica sempre numa ruptura: “Pensais que vim trazer a paz à terra? Digo-vos que não, mas sim a ruptura. Pois doravante estarão numa casa cinco indivíduos separados entre si, três contra dois e dois contra três...” (Lc 12,51-52). Porém esta reviravolta no modo de pensar e agir quer ser sadia: quer levar o homem para uma crise e a se decidir pela nova ordem que já está no nosso meio, isto é, Jesus Cristo mesmo (Lc 17,21). A Jesus não interessa tanto se o homem observou antes tudo todas as leis, se pagou o dízimo de todas as coisas e se observou todas as prescrições legais da religião e da sociedade.

A ele interessa em primeiro plano se o homem está disposto a vender seus bens para adquirir o campo do tesouro escondido, se está pronto a alienar tudo para comprar a pérola preciosa (Mt 13,44-46), se para entrar na nova ordem tem coragem de abandonar família e fortunas (Mt 10,37), arriscar sua própria vida (Lc 17,33), arrancar um olho e cortar uma mão (Mc 9,43 e Mt 5,29). Esse não à ordem vigente não significa ascese, mas atitude de prontidão para as exigências de Jesus. Essa exigência vai tão longe que Jesus ameaça com as seguintes palavras duríssimas: “Se não mudardes vosso modo de pensar e agir, ireis todos perecer” (Lc 13,3.5). O dilúvio é iminente e esta é a última hora (Mt 24,37-39; 7,24-27). O machado está colocado à raiz da árvore e se não der fruto, será cortada (Lc 13,9).<sup>46</sup> Em breve o dono da casa fechará a porta e os atrasados terão que ouvir estas tristes palavras: “Não sei de onde sois” (Lc 13,25b), já é tarde demais (Mt 25,11). Por isso prudente é chamado o homem que compreendeu esta situação de crise radical (Mt 7,24;

---

<sup>46</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 49

24,45; 25,2.4.8.9; Lc 12,42) e tomou uma decisão em favor do Reino capaz de suportar e vencer todas as tentações (cf. Mt 7,24-25). A todos é lançado o convite. A maioria porém se encontra de tal forma atarefada com seus afazeres que rejeita o convite para a festa de núpcias (Lc 14,16-24). Mormente os ricos estão de modo especial instalados (Mc 10,25; cf. Mt 23,24). A porta é estreita e nem todos fazem a força suficiente ou se esforçam por passar por ela (cf. Lc 13,24). A necessidade de conversão exige ruptura às vezes dos laços naturais mais rudimentares do amor para com os familiares mortos e prestes a serem, enterrados (Lc 9,59s; Mt 8,21s). Quem se decidiu pela novidade de Jesus só olha para frente. O passado ficou para trás (cf. Lc 9,62). Há certo caráter de intimidação no convite de Jesus. Um “ágrafon” transmitido pelo evangelho apócrifo de S. Tomé e considerado por bons exegetas como autêntico de Jesus, diz peremptoriamente: “*Quem está perto de mim está perto do fogo; quem está longe de mim está longe do Reino*”. A opção por Jesus não pode ficar a meio caminho como o construtor de uma torre que iniciou a levantar e depois parou pela metade ou como o rei que parte com ares triunfantes para a guerra e frente à força do inimigo tem que retroceder e pactuar com ele (Lc 14,28-32). Urge refletir antes de aceitar o convite. Dizer: “Senhor, Senhor” é fácil. É necessário querer fazer o que ele diz (Lc 6,46). Caso contrário, o último estado dele é pior que o primeiro (Mt 12,43-45b; Lc 11,24-26). A conversão mesma é como o traje de núpcias, como a cabeça perfumada e o rosto maquiado (cf. Mt 6,17), como a música e dança (Lc 15,25), como a alegria do filho que regressa à casa paterna (Lc 15,32; 15,7), semelhante à satisfação que se tem ao encontrar o dinheiro perdido (Lc 15,8-10). E tudo isso começa a emergir no homem desde o momento em que ele se fizer como uma criança (Mt 18,3). A frase: “Se não vos converterdes e não vos fizerdes como crianças, não entrareis no Reino dos céus” (Mt 18,3; cf. Mc 10,15; Lc 18,17)<sup>47</sup> não visa exaltar a inocência natural das crianças. Cristo não é nenhum sentimental romântico. O ponto de comparação está num outro lugar: assim como a criança depende totalmente da ajuda dos pais e sozinha nada pode, da mesma forma o homem, diante das exigências do Reino. São João deixa Jesus dizer claramente: “Quem não nascer de novo não poderá ver o Reino de Deus” (Jo 3,3). Exige-se um novo modo de pensar e de agir. Isso se patenteia melhor se considerarmos a atitude de Jesus frente à lei.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.

<sup>48</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 50

## 4.2. JESUS CRISTO, O LIBERTADOR DA CONSCIÊNCIA OPRIMIDA E HUMILHADA

Na religião judaica ao tempo do Novo Testamento, tudo estava prescrito e determinado, primeiro as relações para com Deus e depois as relações entre os homens.<sup>49</sup> Tudo era sancionado como sendo a vontade de Deus expressa nos livros santos da Lei. Chegou-se a absolutizar de tal forma a Lei, que em alguns círculos teológicos se ensinava que o próprio Deus nos céus se ocupava durante horas por dia no seu estudo. A consciência sentia-se oprimida por um fardo insuportável de prescrições legais (cf. Mt 23,4). Jesus levanta um impressionante protesto contra semelhante escravização do homem em nome da lei. “Não é o homem para o sábado mas o sábado para o homem” (Mc 2,27). Embora no Antigo Testamento se diga claramente: “Não acrescentareis nada a tudo o que vos prescrevo nem tirareis nada daí, mas guardareis os mandamentos do Senhor, vosso Deus, exatamente como vos prescrevi” (Dt 4,2), Jesus toma-se a liberdade de modificar várias prescrições da lei mosaica: a pena de morte para os adúlteros pegos em flagrante (Jo 8,11), a poligamia (Mc 10,9), a lei da observância do sábado (Mc 2,27), considerado como o símbolo do povo escolhido (Ez 20,12), as prescrições acerca da pureza legal (Mc 7,15) e outras. Jesus se comporta proeminente frente às leis. Se elas auxiliam o homem, aumentam ou possibilitam o amor, ele as aceita. Se, pelo contrário, legitimam a escravidão, ele as repudia e exige quebra. Não é a lei que salva, mas o amor: eis o resumo da pregação ética de Jesus. Ele desteologiza a concepção da lei: a vontade de Deus não se encontra só nas prescrições legais e nos livros santos, mas se manifesta principalmente nos sinais dos tempos (cf. Lc 12,54-57). O amor que ele prega e exige deve ser incondicional para amigos e inimigos (Mt 5,44). Porém se Cristo liberta o homem das leis, não o entrega à libertinagem ou à irresponsabilidade. Antes pelo contrário: cria laços e ligações ainda mais fortes que os da lei. O amor deve ligar todos os homens entre si. Num rodapé crítico do evangelho de S. Lucas (6,5) conta-se a seguinte estória que bem revela a atitude de Jesus frente à lei: Jesus encontra em dia de sábado um homem a trabalhar no campo. Ao que ele lhe diz: “*Homem, se souberes o que fazes és feliz. Se tu porém não o souberes és maldito e um transgressor da lei*”. Que quer dizer Jesus? Quer Jesus abolir definitivamente as festas sagradas e o sábado? Jesus quer dizer o seguinte e nisso vemos sua liberdade e inconformismo (“Ouvistes o que foi dito aos antigos... eu porém vos digo”):<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 51

<sup>50</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 51

“Homem, se souberes por que trabalhas em dia de sábado, como eu que curei em dia proibido um homem de mão seca (Mc 3,1), uma mulher encurvada (Lc 13,10) e um hidrópico (Lc 14,1), se souberes trabalhar no dia de sábado para auxiliar alguém e se souberes que para os filhos de Deus a lei do amor está acima de todas as leis, então és feliz! Se porém não souberes e por frivolidade, capricho e bel-prazer, profanas o dia santo, és maldito e um transgressor da lei”. Aqui vemos a atitude fundamental de Jesus: liberdade sim, frente à lei. Contudo só para o bem e não para a libertinagem. Cristo não é *contra* nada. Ele é a *favor* do amor, da espontaneidade e da liberdade. Em nome dessa positividade é que ele às vezes tem que ser contra. Parafraseando Rm 14,23, podemos com razão dizer: Tudo o que não vem do amor é pecado. Em outra ocasião assistimos à mesma preocupação de Jesus de libertar o homem das convenções e dos preconceitos sociais. No tempo e na pátria de Jesus, cabia ao homem o privilégio de poder possuir várias mulheres e de poder apartar-se delas. A lei de Moisés dizia: “Se um homem, tendo escolhido uma mulher, casar-se com ela e não mais encontrar prazer nela porque descobre na mulher algo que o irrita, pode entregar-lhe um documento de divórcio e despedi-la de sua casa” (Dt 24,1). Como motivos para uma mulher não agraciar ao homem, valiam na jurisprudência da época o fato de ela não ser bonita, de não saber cozinhar bem, de não ter filhos, etc. Contra isso levanta-se Cristo e diz taxativamente: “Não separe o homem o que Deus uniu” (Mc 10,9). Estas palavras revelam o espírito cavalheiresco de Jesus contra a anarquia legalizada. No Reino de Deus deve reinar liberdade e igualdade fraterna. Jesus no-la conquistou. Paulo que compreendeu muito cedo e profundamente essa novidade de Jesus escreve aos Gálatas: “Cristo nos tornou livres. Não vos deixeis sujeitar de novo ao jugo da servidão... Mas cuidado quando tomardes a liberdade por pretexto para servirdes à carne; antes servi-vos uns aos outros pela caridade. Porque toda a lei se cumpre numa só palavra: Amarás a teu próximo como a ti mesmo” (Gl 5,1.13-14).<sup>51</sup>

#### **4.2.1. O comportamento do homem novo.**

A conversão que Jesus pede e a libertação que nos conquistou são para o amor sem qualquer discriminação. Fazer do amor a norma de vida e da conduta moral é impor ao homem algo de difícilíssimo. É mais fácil viver dentro de leis e prescrições que tudo prevêm e determinam. Difícil é criar para cada momento uma norma, inspirada no amor. O amor não conhece limites. Exige fantasia criadora. Só existe no dar e no pôr-se a serviço dos

---

<sup>51</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 52

outros. E é só dando que se tem. Essa é a “lei” de Cristo: que nos amemos uns aos outros assim como Deus nos tem amado. Esse é o único comportamento do homem novo, livre e libertado por Cristo e convidado a participar da nova ordem. Esse amor se exprime em fórmulas radicais como no Sermão da Montanha: não só o que mata, mas também o que irrita seu irmão é réu de juízo (Mt 5,22); comete adultério já aquele que deseja uma mulher em seu coração (Mt 5,28); não se deve jurar de forma nenhuma; seja vossa palavra: sim, sim; não, não (Mt 5,33-37); não resistais aos maus; se alguém te esbofetear na face direita, dá-lhe também a outra; e ao que brigar contigo para te tirar a roupa, deixa-lhe também o manto (Mt 5,39-40), etc.

É possível organizar a vida e a sociedade com essas normas? Já Juliano, Apóstata, via aqui um argumento para rejeitar *in toto* o cristianismo: ele é simplesmente impraticável para o indivíduo, para a família e para a sociedade. Alguns pensam: Essas exigências do Sermão da Montanha querem mostrar a impossibilidade do homem de fazer o bem. Visam levar o homem desesperado e convencido de seu pecado a Cristo que cumpriu todos os preceitos por nós e assim nos redimiu. Outros dizem: o Sermão da Montanha apregoa apenas uma moral da boa intenção. Deus não olha tanto *o que fazemos*, mas *como fazemos*. Com prontidão, obediência e reta intenção interior. Um terceiro grupo opina da seguinte forma: as exigências de Jesus devem ser entendidas dentro da situação histórica. Jesus prega o irromper próximo do Reino de Deus. O tempo urge e é curto. É hora da opção final, a vigésima quinta hora. Para esse pequeno intervalo de tempo até o estourar da nova ordem, devemos arriscar tudo e nos preparar. Há leis de exceção. É uma moral do ínterim, do entretempo até a catástrofe final quando enfim aparecerá o novo céu e a nova terra. Todas estas três soluções encerram algo de certo. Mas não atinaram com o essencial, porque partem da pressuposição de que o Sermão da Montanha seja uma lei. Cristo não veio trazer uma lei mais radical e severa nem pregou um farisaísmo mais aperfeiçoado. Ele pregou o evangelho que significa uma alvissareira notícia: não é a lei que salva, mas o amor. A lei possui apenas uma função humana de ordem, de criar as possibilidades de harmonia e compreensão entre os homens. O amor que salva supera todas as leis e leva todas as normas ao absurdo. O amor exigido por Cristo supera de longe a justiça. A justiça, na definição clássica, consiste em dar a cada um o que é seu.<sup>52</sup> O *seu* de cada um supõe evidentemente um sistema social previamente dado. Na sociedade escravocrata, dar a cada um, o que é seu consiste em dar ao escravo o que é seu, e ao senhor o que é seu; na

---

<sup>52</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 53

sociedade burguesa dar ao patrão o que é seu, e ao operário o que é seu; no sistema neocapitalista dar ao magnata o que é seu e ao proletário o que é seu. Cristo com sua pregação no Sermão da Montanha rompe com esse círculo. Ele não prega semelhante tipo de justiça que significa a consagração e legitimação de um *status* social que parte de uma discriminação entre os homens. Ele anuncia uma igualdade fundamental: todos são dignos de amor. Quem é meu próximo? é uma pergunta errada que não se faz. Todos são o próximo de cada qual. Todos são filhos do mesmo Pai e por isso todos são irmãos. Daí que a pregação do amor universal representa uma crise permanente para qualquer sistema social e eclesiástico. Cristo anuncia um princípio que checa toda a fertilização e subordinação desumanizadora a um sistema, seja social ou religioso. Por isso as normas do Sermão da Montanha pressupõe o amor, o homem novo e liberto para coisas maiores: “Se a vossa justiça não for maior que a dos escribas e fariseus não entrareis na nova ordem trazida por Deus” (cf. Mt 5,20). Originalmente o Sermão da Montanha tinha sim o caráter escatológico; Cristo pregou o fim iminente. Para isso exige uma conversão total no sentido do amor. Na redação atual de S. Mateus, as palavras de Jesus são situadas dentro de um contexto de Igreja para quem o fim do mundo está num futuro indeterminado. Mas mesmo dentro desta nova situação conservou-se o essencial da pregação de Jesus. Sua mensagem não é de lei, mas de Evangelho e de amor. O Sermão da Montanha na sua formulação atual quer ser um catecismo de comportamento do discípulo de Jesus, daquele que já abraçou a boa-nova e procura normar-se segundo a novidade que Cristo lhe trouxe: a filiação divina.<sup>53</sup>

#### **4.3. REINO DE DEUS IMPLICA REVOLUÇÃO DO MUNDO DA PESSOA**

A pregação de Jesus sobre o Reino de Deus não atinge só as pessoas exigindo-lhes conversão. Atinge também o mundo das pessoas como libertação do legalismo, das convenções sem fundamento, do autoritarismo e das forças e potentados que subjagam o homem. Vejamos como Cristo se comportou frente aos mentores da ordem vigente de seu tempo. Os mentores da ordem religiosa e social eram concretamente para o povo simples, não tanto os romanos em Cesaréia junto ao mar ou em Jerusalém, nem o sumo sacerdote do templo, nem imediatamente os governantes colocados pelas forças de ocupação romanas como Herodes, Filipe, Arquelau ou Pôncio Pilatos. Os que distribuíam a justiça,

---

<sup>53</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 54

solucionavam os casos e cuidavam da ordem pública eram particularmente os escribas e fariseus. Os escribas eram rabinos, teólogos que estudavam cuidadosamente as Escrituras e a lei mosaica, principalmente as tradições religiosas do povo. Os fariseus constituíam uma congregação de leigos particularmente fervorosos e pietistas. Observavam tudo ao pé da letra e cuidavam que o povo também observasse tudo estritamente. Viviam espalhados por todo Israel, comandavam nas sinagogas, possuíam enorme influência sobre o povo e para cada caso tinham uma solução que eles arrancavam pelos cabelos das tradições religiosas do passado e dos comentários da lei mosaica. Fazem tudo em função da ordem vigente “para serem vistos pelos homens” (Mt 23,5). Não são maus. Antes pelo contrário. Pagam imposto de tudo (Mt 23,23); gostam dos primeiros lugares na sinagoga (Mt 23,6); são tão fervorosos por seu sistema que correm mundo para conquistar um só adepto (Mt 23,15); não são como os demais homens que podem “ser ladrões, injustos, adúlteros e sonegadores de impostos” (Lc 18,11); observam os jejuns e pagam o dízimo de tudo o que possuem (Lc 18,12); apreciam de tal forma a religião, que edificam monumentos sagrados (Mt 23,29). Embora perfeitíssimos, possuem um defeito capital denunciado por Jesus: “não se preocupam com a justiça, com a misericórdia e com a boa fé” (Mt 23,23). “Bom seria fazer tudo aquilo” - comenta ele - “mas sem omitir isto” (Mt 23,23). Eles dizem e nada fazem. Atam pesadas cargas de preceitos e leis e põem-nas nos ombros dos outros. Eles mesmos nem com um dedo querem movê-las (Mt 23,3-4). Para entrar no Reino, não basta fazer o que a lei ordena. A presente ordem das coisas não pode salvar o homem de sua alienação fundamental. Ela é ordem na desordem. Urge uma mudança de vida e uma reviravolta nos fundamentos da velha situação. Por isso os marginalizados da ordem vigente estão mais próximos do Reino de Deus que os outros. Para esses, sente-se Jesus especialmente chamado (Mt 9,13). Ele rompe as convenções sociais da época. Sabemos como as classes sociais eram estritamente observadas entre ricos e pobres, próximos e não-próximos, sacerdotes do templo e levitas nas pequenas vilas, fariseus, saduceus e fiscais de impostos.<sup>54</sup> Os que praticavam as profissões desprezíveis eram evitados e amaldiçoados, como os pastores, os médicos, os alfaiates, os barbeiros, os açougueiros e principalmente os publicanos (cobradores de impostos), tidos como colaboradores dos romanos. E como se comporta Jesus frente a essa estratificação social? Sobranceiro. Não se atém às convenções religiosas, como o lavar as mãos antes de comer, antes de entrar em casa e outras tantas. Não respeita a divisão das classes. Fala com todos. Busca contato com os marginalizados,

---

<sup>54</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 55

os pobres e desprezados. Aos que se escandalizam grita ele: “Não vim chamar os justos, mas os pecadores. Os santos não precisam de médico” (Mt 11,19). Conversa com uma prostituta, acolhe gentios (Mc 7,24-30), come com um grande ladrão, Zaqueu, aceita em sua companhia um ganancioso que depois o traiu, Judas Iscariotes, três ex-guerrilheiros são feitos seus discípulos e aceita que mulheres o acompanhem em suas viagens, o que era inaudito para um rabino de seu tempo. Os piedosos comentam: “Ele é um comilão e um bebedor de vinho, amigo dos fiscais de impostos e dos pecadores” (Mt 11,19). Seculariza o princípio de autoridade. As autoridades constituídas não são sem mais nem menos representantes de Deus: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mt 22,21). Ao rei Herodes que o expulsa da Galiléia manda dizer: “Digam a essa raposa que eu expulso demônios e faço curas hoje e amanhã e no terceiro dia terminarei” (Lc 13,32). A autoridade é mera função de serviço: “Sabeis bem que os senhores escravizam os povos e os grandes fazem violência sobre eles. Convosco, porém, não deverá ser assim: quem quiser ser o primeiro seja o escravo de todos” (Mt 20,25). Não liga para as convenções sociais: “Os últimos são os primeiros e os primeiros são os últimos” (Mc 10,31) e “as prostitutas e os fiscais de impostos entrarão mais facilmente no Reino que os fariseus pregavam” (Mt 21,31). Por que isso? Esses por sua situação de marginalizados do sistema sócio-religioso judaico estão mais prontos para ouvir e seguir a mensagem de Jesus. Eles não têm nada a perder, pois nada têm ou nada são socialmente. Só têm a esperar. O fariseu não. Vive estruturado no sistema que criou para si: é rico, tem fama, tem religião e está seguro de que Deus está a seu lado. Triste ilusão. A parábola do fariseu cumpridor fiel da lei e orgulhoso e do publicano arrependido e humilde nos ensina bem outra coisa (Lc 18,9-14), O fariseu não quer ouvir a Jesus porque sua mensagem lhe é incômoda, obriga-o a desinstalar-se, exige-lhe uma conversão que já deixou o chão seguro e firme da lei e se norma pelo amor universal que supera todas as leis (Mt 5,43-48). Não é por nada que os fariseus murmuram (Lc 15,2) e fazem troça de Jesus (Lc 16,14), caluniam-no de possesso (Mt 12,24;<sup>55</sup> Jo 8,48.52), armam-lhe entrevistas cavilosas (Mt 22,15-22; Jo 7,38-8,11), tentam agarrá-lo (Mt 21,45s; Jo 7,30.32.44) e mesmo matá-lo (Mc 3,6; Jo 5,18; 8,59; 10,31), colhem material de acusação contra ele (Mt 12,10; 21,23-27) e por fim estão entre os que o condenarão à morte. Mas Jesus não se deixa intimidar. Prega adiante a conversão individual e social porque o fim derradeiro é iminente, “esgotou-se o prazo e a nova ordem a ser introduzida por Deus está próxima” (Mc 1,15; Mt 4,17).<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 56

<sup>56</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 57

#### 4.4. O REINO DE DEUS: A UTOPIA DA ABSOLUTA LIBERTAÇÃO E AÇÃO E SUAS ANTECIPAÇÕES HISTÓRICAS

O Jesus histórico não se pregou sistematicamente a si mesmo, nem a Igreja, nem a Deus, mas o Reino de Deus.

O pano de fundo da idéia de Reino de Deus, é a compreensão escatológica-apocalíptica segundo a qual este mundo, tal como se encontra, contradiz o desígnio de Deus, mas Deus, nesta última hora, decidiu intervir e inaugurar definitivamente o seu reinado. Reinado de Deus, portanto, é o signo semântico que traduz esta expectativa (Lc 3,15) e se apresenta como a realização da utopia de uma libertação global, estrutural e escatológica.<sup>57</sup>

O próprio de Jesus não consiste em proclamar que o Reino há de vir, mas em que, por sua presença e atuação o Reino já está perto (Mc 1,15) e no meio de nós (Lc 17,21)! O projeto fundamental de Jesus é, portanto, proclamar e ser instrumento da realização do sentido absoluto do mundo: libertação de tudo o que estigmatiza: opressão, injustiça, dor, divisão, pecado, morte; e libertação para a vida, comunicação aberta do amor, a liberdade, a graça e a plenitude em Deus.

O Reino conserva sempre um caráter de totalidade e universalidade. Coloca em xeque os interesses regionais e imediatos, religiosos, políticos e sociais.

A perversão consiste em regionalizar o Reino tanto na forma do poder político, como nos quadros do poder religioso-sacerdotal, ou mesmo no quadro do poder carismático-profético. Esta foi precisamente a tentação de Jesus (Mt 4,1-11) que o acompanhou a vida inteira (cf. Lc 22,28). Noutras palavras: nenhuma libertação intra-histórica define o quadro final do mundo e realiza a utopia. A libertação total, gerada pela liberdade plena, constitui a essência do Reino e é o bem escatológico de Deus. A história é o processo rumo a isso. Cabe ao homem incrementá-lo.<sup>58</sup> O Reino de Deus possui essencialmente uma dimensão de futuro não alcançável pelas práticas humanas e é objeto da esperança escatológica.

O Reino de Deus não é apenas futuro e utopia; é um presente, e encontra concretizações históricas. Por isso deve ser pensado como um processo que começa no mundo e culmina na escatologia final. Em Jesus encontramos a tensão dialética sustentada adequadamente: por um lado, a proposição de um projeto de total libertação (Reino de

---

<sup>57</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 26

<sup>58</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 27

Deus) e, de outro, mediações (gestos, atos, atitudes) que o traduzem processualmente na história. Por um lado o Reino é futuro e há de vir e, de outro lado, é presente e está perto.

O primeiro aparecimento público de Jesus na sinagoga de Nazaré tem um sentido programático: proclama a utopia do ano de graça do Senhor que se historiciza em libertações bem concretas para os oprimidos e cativos (Lc 4,16-21). A ênfase, no anúncio/programa, recai na infraestrutura material. O Messias é aquele que realiza a libertação dos infelizes concretos. São felizes os pobres, aqueles que sofrem, os que têm fome e são perseguidos, não porque sua condição encarne um valor, mas porque sua situação de injustiça representa um desafio à injustiça do Rei Messiânico. Deus, através de Jesus, tomou o partido deles.<sup>59</sup> O Reino como libertação do pecado pertence ao eixo da pregação de Jesus e do testemunho dos apóstolos (Lc 24,47; At 2,38; 5,31; 13,38), mas não pode ser interpretado em forma reducionista, amputando a dimensão infraestrutural que Lucas sublinhou em Jesus: aquela social e histórica. O Jesus histórico assumiu o projeto dos oprimidos, que é de libertação, e também os conflitos que aí se acham implicados.<sup>60</sup>

#### **4.5. REINO DE DEUS NÃO É UM TERRITÓRIO, MAS UMA NOVA ORDEM DAS COISAS**

Reino de Deus que Cristo anuncia não é libertação deste ou daquele mal, da opressão política dos romanos, das dificuldades econômicas do povo ou só do pecado. Reino de Deus não pode ser privatizado a este ou àquele aspecto: ele abarca tudo, mundo, homem e sociedade; a totalidade da realidade deve ser transformada por Deus. Daí a frase de Cristo: “O Reino de Deus não vem de tal forma que a gente possa contar com ele. Nem se poderá dizer: Ei-lo aqui ou ali, porque o Reino de Deus está dentro de vós” (Lc 17,21). Esta difícil expressão “o Reino de Deus esta em vosso meio” significa, segundo a mais recente exegese: “A nova ordem introduzida por Deus está à vossa disposição.”<sup>61</sup> Não pergunteis quando no futuro será estabelecida. Não corrais por daqui ou dali, como se o Reino de Deus estivesse ligado a algum lugar. Antes decidi-vos e engajai-vos por ele. Deus quer ser vosso senhor. Abri-vos à sua vontade. Deus espera por vós especialmente agora. Preparai-vos e aceitai essa última oferta de Deus”. Reino de Deus, como transparece, implica dinamismo, notifica um acontecimento e exprime a intervenção de Deus já

---

<sup>59</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 27

<sup>60</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 28

<sup>61</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 42

iniciada, mas ainda não totalmente acabada. Por isso que Cristo ao pregar e presenciar o Reino nos ensina a rezar: “venha a nós o vosso Reino” (Lc 11,2; Mt 6,10). A pregação do Reino se realiza em dois tempos, no presente e no futuro. No presente, já o vimos acima. Resta a ver seu futuro: o tempo do mundo pecador terá passado (Mt 11,5), não haverá mais luto (Mc 2,19), a morte será rompida (Lc 20,36) e os mortos ressuscitarão (Lc 11,5). Os fundamentos da velha ordem serão abalados: “os últimos serão os primeiros” (Mc 10,31), os pequenos serão grandes (Mt 18,4), os humildes serão os mestres (Mt 5,5), os doentes serão curados, os surdos ouvirão (Mt 11, 5) e os oprimidos serão libertados (Lc 4,18). A situação do homem diante de Deus será totalmente transfigurada porque os pecados serão perdoados (Mt 6,14) e a glória será restituída aos homens (a veste celeste dos anjos) (Mc 12,25), os eleitos dispersos serão reunidos (Lc 13,27) e os filhos de Deus se encontrarão na casa paterna (Lc 15,19) onde toda fome e toda sede serão saciados e transbordará o riso alegre do tempo da libertação (Lc 6,21).<sup>62</sup>

#### **4.6. REINO DE DEUS NÃO É SÓ ESPIRITUAL**

Reino de Deus, ao contrário do que muitos cristãos pensam, não significa algo de puramente espiritual ou fora deste mundo. É a totalidade desse mundo material, espiritual e humano, agora introduzido na ordem de Deus. Caso não fosse assim como poderia Cristo ter entusiasmado as massas? Alguns textos antigos guardaram ainda esse tom original: “Em verdade vos digo: já não beberei do fruto da videira até àquele dia em que o beba de novo no Reino de Deus” (Mc 14,25). Outras vezes promete, para quem abandona tudo por amor do Reino, o cêntuplo em casas e campos (Mc 10,30). Aos discípulos diz: “Eu disponho do Reino em favor de vós... para que comais e bebais à minha mesa em meu Reino, e vos senteis em tronos como juizes das doze tribos de Israel” (Lc 22,29-30); cf. Mt 19,28). O estourar dessa nova ordem está iminente: “Não passará esta geração sem que isso aconteça” (Mc 13,30). Certa vez concretiza ainda mais e afirma: “Em verdade vos digo que há alguns dos aqui presentes que não provarão a morte até que vejam vir em poder o Reino de Deus”(Mc 9,1).<sup>63</sup>

Aos discípulos assegura: “Em verdade vos digo: não acabais de percorrer as cidades de Israel antes que venha o Filho do homem” (Mt 10,23). Cristo tem consciência de que com ele já se iniciou o fim deste velho mundo. Ele mesmo já pertence ao Reino. A

---

<sup>62</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 43

<sup>63</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 43

participação na nova ordem está condicionada à adesão à pessoa, e dentro da atmosfera apocalíptica (expectativa de fim do mundo), típica do tempo do Novo Testamento. Jesus como homem de seu tempo respira também essa atmosfera, mas se distingue profundamente dela. Apesar disso vale a pergunta: Por que Cristo adotou a idéia do Reino de Deus, do messianismo e do fim do mundo como veículos para sua mensagem? Por que se refere a um irromper iminente do Reino? Por que fala do Filho do homem que virá sobre as nuvens em glória, de um julgamento final e de todo o simbolismo das esperanças messiânicas? Para responder a estas questões faz-se mister considerar brevemente o sentido religioso da linguagem apocalíptica (fim do mundo).<sup>64</sup>

#### 4.7. UM JESUS CRISTO ABSOLUTO

Esta crítica pode parecer chocante, pois é evidente que para a fé cristã, Cristo é um absoluto, e além disso pode parecer injusta pois a própria fé, e as cristologias costumam levar isso em conta, sempre apresentaram Cristo essencialmente “em relação” com o Pai e o Espírito dentro da Trindade.

No entanto, a afirmação deve ser criticada se leva a ignorar a constitutiva relacionalidade histórica entre Jesus e o reino de Deus e o Deus do reino. Por isso é preciso acrescentar sua relacionalidade histórica à sua relacionalidade trinitária transcendente, isto é, que Jesus não viveu para si mesmo, mas teve um pólo referencial no reino de Deus e no Deus do reino, que mesmo depois da ressurreição é referido ao Pai, até que este seja tudo em tudo (1Cor 15,28). À relacionalidade histórica, vemos uma advertência importante por causa das consequências que se deduzem de uma imagem “absolutamente absoluta” de Cristo, quer dizer, quando se absolutiza o mediador Cristo e se ignora sua relacionalidade constitutiva com a mediação, o reino de Deus.

Uma das consequências é possibilitar uma redução personalista da fé que levou, de novo, a abandonar a realidade histórica à sua miséria. É a imagem de Cristo como um “Tu” último, em cuja relação a fé cristã é decidida e alcança sua expressão máxima. O ideal de ser para Cristo, de amar a Cristo é, evidentemente, uma coisa boa, mas se daí se passa a amar “só” a Cristo ou se isto se torna o único e verdadeiramente decisivo, então se transforma em coisa perigosa, como mostra a história da vida de perfeição e da vida religiosa, pois, em nome do amor máximo ao “mediador”, pode-se não dar valor ao amor

---

<sup>64</sup> Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*: Petrópolis: Ed. Vozes, 1972. p. 44

aos irmãos e aos oprimidos, paradoxalmente o amor que Jesus exigiu sobre a terra para a construção da “mediação” do reino.<sup>65</sup>

#### **4.7.1. A vida justa dos pobres, no preceito do reino de Deus.**

Nesta sistematização deveria ficar claro, pela primazia que lhes é dada no AT e nos sinóticos e pelo fato de serem grande massa na realidade atual, que os destinatários primários do reino são os pobres. O fato de o conteúdo ser sua “vida justa” deve no mínimo ser esclarecido. Falamos de “vida” porque nela se concentra o histórico e o utópico do reino de Deus, e acrescentamos “Justa” para indicar o caráter formalmente libertador do reino.<sup>66</sup>

Insistimos na “vida” dos pobres como núcleo central do reino porque no Terceiro Mundo, pobreza significa proximidade da morte, e com “vida” se diz que com a vinda do reino os pobres já não estarão perto da morte. Dá-se assim uma revalorização da criação de Deus, da protologia, e num sentido bem preciso: a vida no Terceiro Mundo não desempenha o papel de algo pressuposto que, uma vez garantido, passe a realizar o verdadeiramente humano e onde só então teria sentido falar de reino de Deus como plenitude. A Vida no Terceiro Mundo não é o pressuposto, mas é o que, desde tempo imemorial e na atualidade, é preciso “pôr”. O reino de Deus é escatológico, paradoxalmente, sendo o protológico, o ideal “mínimo” de Deus expresso em sua criação. O fato de a vida ser “Justa” expressa antes de tudo que a vida deve chegar a ser real contra o anti-reino. Expressa os caminhos de justiça para construí-la. Expressa as relações de fraternidade e dignidade no reino. Expressa a condição fundamental para que o reino subsista.

A “vida justa” relaciona o conceito sistemático do reino de Deus com o conceito evangélico. É a boa-notícia para milhões de seres humanos, é o que leva a pôr sinais do reino e o que leva à denúncia do anti-reino. Acrescentamos que propiciar a vida é hoje também o que continua causando conflito, perseguição e morte. Tudo isso faz com que hoje se possa formular com sentido que o reino de Deus é a vida justa dos pobres.

#### **4.7.2. O reino de Deus e sua transcendência histórica.**

A “vida” é uma realidade que por sua própria natureza está sempre aberta para um “mais”, é algo dinâmico que aponta para um desdobramento de si mesma para se realizar

---

<sup>65</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 33

<sup>66</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 196

em diversos níveis, com novas possibilidades e exigências. Por isso a “vida” pode apontar para o que há de plenificador e de utópico no reino de Deus, está perpassada de transcendência histórica e teologal. Ilustremos em primeiro lugar sua transcendência histórica com o que chamamos de “fenomenologia do pão”, símbolo da vida.<sup>67</sup>

O reino de Deus começa com o pão, símbolo de vida e de superação da morte. Mas esse pão é sempre mais do que pão. Sua própria realidade leva consigo a pergunta pelo como consegui-lo, com o que se introduz no pão a dimensão praxica do ser humano. E uma vez conseguido, surge espontaneamente a pergunta pelo compartilhar do pão, e aparece assim, ao mesmo tempo, a dimensão ética do pão (a exigência de distribuí-lo), sua dimensão comunitária (o pão enquanto repartido) e sua dimensão celebrativa primária (comer juntos em redor de uma mesa).

O pão conseguido e partilhado por alguns converte-se imediatamente em pergunta pelo pão para outros, outros grupos e outras comunidades, definitivamente, o pão para todo um povo. E surge assim a dimensão social e política do pão e a pergunta pela libertação de um povo, e com isso inumeráveis perguntas sobre como conseguir pão para todos, com que práticas, ideologias funcionais, teologias, formas de ser Igreja...

Nada disto acontece mecanicamente, mas em cada estágio da realidade do pão aparece a necessidade de espírito: misericórdia para que as entranhas se remexam diante dos sem-pão, coragem para lutar por ele, fortaleza para manter-se nos conflitos e perseguições, verdade para analisar as causas de não haver pão e para analisar os melhores caminhos para superá-las. O pão mobiliza, então, todas as forças do espírito humano e o confronto, sobretudo com a pergunta, se é ou não capaz de amar, se é capaz ou não do maior amor. E assim o pão propicia entrega, generosidade, heroísmo e até o maior amor da entrega da vida.

A boa-notícia do pão leva a agradecer ao Deus que o fez ou pode levar a perguntar por que permite que não haja pão e que não seja repartido. Leva a seguir ao Jesus que multiplicou pães para saciar a fome ou pode levar à pergunta por que a história mata homens como ele. Pode levar a perguntar se há algo além de pão, se há um pão da palavra, necessário e boa-notícia, inclusive quando não há pão material, se é verdade que no final da história haverá pão para todos e se vale a pena trabalhar na história por ele, pois muitas vezes a escuridão permeia tudo, se a esperança de haver pão é mais sábia que a resignação...<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 197

<sup>68</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 198

Esta fenomenologia do “mais” que há no pão, seja qual for, a fortuna de sua descrição, só pretende mostrar como a “vida” se desdobra sempre num “mais”. Por isso a teologia da libertação acentua, por um lado, o caráter histórico-material do Reino de Deus, o pão que é vida e negação da morte, e tem que falar, por outro lado, de uma libertação “integral”. Nisso não procura simplesmente equilibrar somando libertação “material” e libertação “espiritual” para evitar acusações de reducionismo, mas está sendo fiel ao material primário que é a vida, no que está sempre o germe de um mais de vida.

Ao começar com o pão material e não pôr limites para a dinâmica que está no próprio pão, pode e deve afirmar que o reino de Deus é superação radical da morte, e é expressão de vida e de vida abundante. “A experiência histórica da morte e não simplesmente da dor, morte por fome e por miséria ou morte por repressão e por diferentes formas de violência, tão intensa e em massa como ocorre na América Latina, mostra a enorme necessidade e o valor insubstituível da vida material, em primeiro lugar, como dom primário e fundamental, sobre o qual devem se firmar todos os outros, que, definitivamente, são desenvolvimento desse dom primário. Essa vida deve se difundir e plenificar por crescimento interno e com relação à vida dos outros, sempre em busca de mais vida e de vida melhor”.

Creemos que a transcendência histórica, que aqui analisamos a partir do pão, sempre está presente na teologia, e que cada uma delas desenvolve, explícita ou implicitamente, fenomenologias análogas à descrita, seja a partir da experiência da relação com um “tu” ou a partir da angústia diante da própria salvação ou a partir da experiência transcendental...<sup>69</sup> para desdobrar a partir daí a plenitude de vida. Como se realiza existencialmente em e para cada pessoa esse “desdobrar-se da vida” é coisa extremamente pessoal. A teologia da libertação começa metodologicamente com o que é primário na vida, mas, em honradez e fidelidade a isso, encontra-se na dinâmica do “mais”. O reino de Deus possui sua própria transcendência histórica. E isso é assim porque o pão é sempre mais do que pão.

#### **4.7.3. A transcendência teologal do reino de Deus.**

Esta transcendência histórica do reino é ou pode ser a mediação para a transcendência teologal do reino. A teologia da libertação afirma realmente que o reino é de “Deus”, mas insiste que, por ser um Deus “do reino”, Deus vai aparecendo de maneira precisa.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 199

<sup>70</sup> SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 199

No tocante ao “conteúdo” de Deus, se o reino é assim, a teologia pode chamar Deus de Deus da vida, mas mais especificamente de Deus da vida dos pobres, Deus da vida das vítimas, e assim se recuperam hoje coisas fundamentais que Jesus expressava de Deus em sua relação pessoal com ele e no modo de falar dele em suas parábolas. A partir da inumanidade flagrante a que estão submetidos os pobres se manifesta a humanidade de Deus em forma de abaixamento amoroso, de ternura, de alegria quando os pobres deixam de ser pobres. O que dizíamos na análise das parábolas continua sendo verdade ao afirmar que Deus quer um reino para os pobres. Deus é assim, *tão bom*.

No tocante ao “mistério” de Deus, a vida justa dos pobres nos introduz eficazmente num Deus distinto do pensado, pois a razão de o reino ser para os pobres, é simplesmente porque Deus é assim. Esse ser assim de Deus não é o pensado, nem o pensável pela razão natural e muito menos pela razão pecaminosa, e a parcialidade do reino se converte em mediação histórica do que em Deus há de novidade e impensabilidade. É uma forma poderosa de afirmar o mistério de Deus, de deixar Deus ser Deus. *Deus é assim*, tão bom.

Queremos insistir na transcendência teologal do reino porque a teologia da libertação é acusada de cair em reducionismos e se exige que ela acentue a dimensão transcendente do reino de Deus. Cremos que isto é injusto porque essa teologia aceita a transcendência de Deus com toda naturalidade. Mas é sobretudo irônico porque, tomando a vida dos pobres central no reino, a teologia magnifica seu mistério.

Um Deus da vida dos pobres não é, de fato, o Deus pensado, e muito menos o é um Deus que fica submetido tantas vezes ao poder do anti-reino, e, desta forma, o Deus maior aparece como o Deus menor. O que agora queremos sublinhar é que, assim como as cristologias tiraram consequências *teologais* do escândalo da cruz de Jesus, desde Paulo até as cristologias do Deus crucificado, não muitas delas tiraram as mesmas consequências do escândalo de o reino ser para os pobres. Por isso está certo que se avise para não reduzir o reino ao histórico, e que Deus seja integrado nele. Mas está errado não introduzir no mistério de Deus, o fato de este ser um Deus de um reino dos pobres.<sup>71</sup> Então Deus toma-se um Deus menor, e, desta forma, melhor do que com muitas declarações ortodoxas, se mantém o mistério de Deus.

Mas esse Deus menor é definitivamente um Deus maior, é a utopia que, a partir do futuro, continua dando esperança e animando sempre a construir o reino de vida justa para os pobres. Enquanto princípio utópico, esse Deus continua dando início a realidades boas

---

<sup>71</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*. A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 200

para os pobres, na história e contra a história: esperança, luta pela justiça, paz, comunidade... E continua animando a tomar simultâneas na história coisas tão difíceis como são a luta pela justiça e o trabalho pela paz, a eficácia e a gratuidade, a ação e a contemplação, a prática e o espírito... E na medida em que tudo isto for realidade é que se reconhece a Deus como presente em seu reino e que o reino é “de Deus”. Desta forma, historicamente, construir o reino é caminhar para Deus, até que todos os principados - o anti-reino - sejam vencidos e Deus seja tudo em todos: o reino definitivo de Deus.<sup>72</sup>

#### **4.7.4. Apreciação sistemática do reino de Deus.**

Para terminar, perguntemo-nos o que entendemos sistematicamente por Reino de Deus? Não é simples pôr a resposta em palavras, mas em termos sistemáticos diríamos o seguinte: Reino de Deus é a vida justa dos pobres aberta sempre a um “mais”.<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 201

<sup>73</sup> Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador*: A história de Jesus de Nazaré. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. p. 33

## CONCLUSÃO

O processo de compromisso pela causa do Reino que acima descrevo, vai criando uma nova capacidade contemplativa para se encontrar a Deus nas situações e pessoas. Se se acolhe esta experiência de Deus, deixando-a ressoar e ampliar dentro de nós, até o último recanto, dando-lhe tempo, espaço e nome, pode converte-se no centro integrador de nossa pessoa.

Em definitivo todo esse processo de vida, não pode ser vivido sem uma dimensão muito profunda, estável, de encontro com Deus que se consegue na oração pessoal (abandonar-se em Deus), no Deus da história onde se constrói seu reino, até que chegue à plenitude escatológica.

Deus vai se revelando num processo de compromisso ativo e contemplativo pelo reino, no meio da história. Cada passo no compromisso rumo ao pobre e ao futuro do reino, pode ser também um passo contemplativo rumo a uma experiência de Deus mais profunda, perceber um Deus revelador que mostra a centralidade de seu Reino, onde o cume é o irmão mais necessitado. Neste processo não podemos nos separar do povo de Deus. Moisés guiou o povo através do deserto, mas foi o povo que o levou através de um deserto que não se pode atravessar sozinho, até a plenitude da revelação no Sinai.

Se Deus não se pode buscar fora de seu povo, tampouco pode ser diluída a própria originalidade que é a expressão única de uma manifestação original de Deus, Deus é o único que nos respeita absolutamente como somos, porque nos aceita como somos. Faz-nos falta uma pedagogia para crescermos nesta experiência que não nos leva a possuir, a dominar, mas que, ao nos encontrar com Deus no âmago da realidade, leva inevitavelmente à receptividade da vida e do sentido, da inspiração e da força, e à adoção do único Senhor da história, como caminho para um serviço cada dia mais livre, e uma pessoa mais integrada.

A centralidade para Jesus não são o poder e a hierarquia, mas a vida e o serviço à vida, a partir daqueles que menos vida tem, que são os pobres marginalizados. Notoriamente, o Jesus histórico submeteu o poder a uma pesada crítica: “assim não há de ser entre vocês”; quem quiser mandar que sirva(cf. Mc 10, 42-45)!<sup>74</sup>

“Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância!” (Jo 10,10). Agindo contra o sistema dos judeus, o objetivo de Jesus não é só intervir na situação. O seu objetivo é libertar a vida reprimida e oprimida, vida criada por Deus à sua imagem e semelhança.

Por isso, Jesus luta contra todos os males que estragam a vida e contra todas as formas de opressão que impedem a abundância da vida (Jo 10,10): contra a fome, pois

---

<sup>74</sup> BOFF, L. *Igreja Carisma e Poder*: São Paulo: Ed. Ática, 1994. p. 361.

alimenta os famintos (Mc 6,30-44; 8,1-10); contra a ignorância, pois ensina o povo (Mt 9, 35) e faz com que crie consciência crítica frente à realidade e frente às suas lideranças (Mc 1,22); contra o abandono e a solidão, pois acolhe as pessoas e não as marginaliza (Mt 9,36; 11,28-30); contra o literalismo opressor, pois denuncia os fariseus e escribas legalistas que pervertem o objetivo da tradição (Mt 23,13-15); contra as leis que oprimem o ser humano e impedem o seu crescimento, pois coloca o ser humano como objetivo e fim de todas as leis (Mt 12,1-5; Mc 2,23-28); contra a opressão, pois acolhe o povo oprimido (Mt 11,28-30) e denuncia os opressores que se fazem passar por benfeitores da nação (Lc 22,25); contra o medo, pois se apresenta com a sua mensagem: “Não tenham medo!” (Mt 28,10; Mc 6,50).

Jesus retoma o projeto do Criador: “No começo não era assim!” (Mt 19,8). Deus criou a vida para ser bendita (Gn 1,28) e não maldita. Onde a vida não tem condições de ser bendita e abundante, lá Jesus se compadece e age. Assim, ele se compadece do povo abandonado e marginalizado, sem lideranças que o conduzissem e orientassem (Mt 9,36-38). Uma das preocupações principais deve se pedir a Deus para que mande operários para a sua messe (Mt 9,38), isto é, líderes que possam dirigir e conduzir o povo para o seu verdadeiro destino!

Por isso entre os males combatidos por Jesus estão também as falsas lideranças do seu tempo que desviavam o povo do caminho. Entre elas se encontram representantes do poder econômico, do poder político e do poder religioso.

Jesus é o Filho de Deus. Isto tem a ver com o seu relacionamento com Deus e com a constituição da sua pessoa. Isto não se prova, mas se aceita na fé e foi objeto de lenta descoberta por parte dos cristãos. Jesus é o Messias. Isto tem a ver com o seu relacionamento com os seres humanos e com a sua missão dentro do Plano de Deus. É da total gratuidade do Pai de Ele não ter mandado qualquer um para realizar a missão do Messias, mas o seu próprio Filho.

Não foi fácil ficar agarrado ao Pai e ao povo pobre. Sofreu e foi tentado para entrar por outros caminhos (Mt 4,1-11; Mc 8,33). Teve que aprender o que é obediência, (Heb 5,8) mas venceu através da oração (Heb 5,7; Lc 22,41-46). Difícil é sentir na carne a fraqueza à qual é condenado o ser humano empobrecido. Jesus nunca buscou uma saída individual, nunca buscou privilégios para si. Nasceu pobre, o que era expressão da vontade do Pai. Escolheu ficar do lado dos pobres, o que era decisão do Filho, querendo ser obediente ao Pai até à morte, e “morte de Cruz” (Fil 2,8).<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.

Ligado ao Pai, Jesus recusa a tentação do messias nacionalista, populista e racista. Rejeita o que era contra a vontade do Pai e contra o povo empobrecido. No fim, ficou só e abandonado, exatamente como o povo do seu país. Morre abandonado, soltando um grito, (Mc 15,37). É o grito dos pobres! Morre abandonado, acreditando que Deus ouve o grito dos pobres! Morre acreditando que a vida pisada é mais forte que o poder que pisa, mais forte que a morte. Morre acreditando que Deus liberta o seu povo com poder criador que vence a morte. E “no terceiro dia” o Pai o ressuscitou!

O Cristo Libertador viver no coração de cada homem e de cada mulher que luta pela igualdade social, que luta para erguer o que está humilhado, que luta em favor dos fracos e menos favorecidos de nossa sociedade. *Ó Jesus libertador, abre o coração humano ao entendimento que o amor é o bem maior, que o seu sangue derramado no madeiro da cruz não foi em vão, que busquemos Senhor, uma sociedade mais justa e fraterna, onde todos seremos realmente irmãos.* Olhar para o outro, com o olhar que Jesus olharia para cada um de nós.

## BIBLIOGRAFIA

- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.
- BOFF, L. *Igreja Carisma e Poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1994. p. 361.
- BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972.
- BUELTA, Benjamín González. *El Dios Oprimido*. Hacia una Epiritualidad de La Inserción. Santo Domingo: Republica Dominicana: Ed. Amigo Del Hogar, 1987.
- COMBLIN, José. *Jesus Cristo e Sua Missão*. Breve Curso de Teologia. São Paulo SP: Ed. Paulinas, 1983.
- CONE, James H. *O Deus dos Oprimidos*. São Paulo SP: Paulinas, 1985.
- GIRARD, Marc. *O pobre Sacramento de Deus*. Meditação Bíblica e Teológica. São Paulo SP: Ed. Paulinas, 1998.
- MESTERS, Carlos. *Com Jesus na Contramão*. São Paulo SP: Ed. Paulinas, 1995.
- MESTERS, Carlos. *Um Projeto de Deus*. São Paulo SP: Ed. Paulinas, 1982.
- PENA, Juan L Ruiz de La. *Teologia da Criação*. São Paulo SP: Ed. Loyola, 1989.
- SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus: A História de um vivente*. São Paulo: Paulus, 2008.
- SOBRINO, J. Centralidad del Reino de Dios en la Teología de la Liberación. In ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación*. Madrid: Trotta, 1991. v. 1, p. 472-473.
- SOBRINO, J. *Jesus na América Latina: seu significado para a fé e a cristologia*. São Paulo/Petrópolis: Loyola/Vozes, 1985. p. 26.
- SOBRINO, J. *Jesus, O Libertador: A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.
- SOBRINO, J. *Os povos crucificados, atual servo sofredor de Javé: à memória de Ignácio Ellacuría*. *Concilium*, Petrópolis, nº 232, p. 118-119, 1990.